



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CÂMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ – CRV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

DÉBORA BUENO DE SOUSA

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NOS
ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

Ivaiporã

2014

DÉBORA BUENO DE SOUSA

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NOS
ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Esp. Maria Celeste Melo da Cruz

Ivaiporã
2014

DÉBORA BUENO DE SOUSA

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS
SÓCIO-OCUPACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Maria Celeste Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá
Orientadora

Prof. Esp. Cristiane Valoto Mazzo
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Ms. Peterson Alexandre Marino
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, 16 de maio de 2014.

Dedicatória
Ao meu amor Carlos, com quem tenho o prazer de viver

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por todas as bênçãos recebidas.

A minha querida mãe a qual tenho maior admiração, mulher guerreira que amo sem medida.

Ao meu amor e amigo Carlos com quem decidi viver e por isso sou muito feliz.

Aos meus sogros José Carlos e Matilde que sempre dedicados a família são exemplos para mim.

A minha amiga Nathália que muitas vezes me ajuda a manter o equilíbrio. A essa reservo um lugar muito especial em minha vida e em meu coração.

A todos os meus colegas e amigos que durante essa trajetória me deram forças para continuar.

A minha orientadora e professora Celeste pelo apoio nesse processo de formação.

A todos os professores do curso de serviço social, propagadores do conhecimento.

A minha orientadora de estágio Amélia que com muita paciência contribuiu imensamente para minha formação.

As profissionais que contribuíram para a realização da pesquisa.

*“Mesmo não querendo nós temos o inimigo
que em dias de tempestade nos nega o abrigo.
Esse é o sistema, mas armaremos o nosso esquema
lutando com nossas próprias armas
pra anular o poder do inimigo
e ajudar o povo a esquecer
que um dia ficou sem abrigo”.*

(Ponto de equilíbrio)

SOUSA, Débora Bueno. **Possibilidades e desafios para consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais**. 2014. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí, Ivaiporã, 2014.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, as possibilidades e desafios encontrados pelos profissionais de Serviço Social para a efetivação do projeto em questão nos espaços sócio-ocupacionais que mais empregam os profissionais na atualidade. O trabalho traz o processo histórico que demandou dos profissionais de Serviço Social a inserção na divisão social e técnica do trabalho identificando o perfil do profissional, desde sua gênese até os dias atuais. Analisa também as transformações ocorridas nos processos de trabalho com a reestruturação do capital, fenômeno este que altera as relações capitalistas, a questão social e os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado autores que estudam as relações capitalistas, a trajetória sócio-histórica do Serviço Social e foi realizada pesquisa qualitativa com profissionais que atuam em espaços sócio-ocupacionais do município de Ivaiporã – PR.

Palavras-Chave: Sociedade Capitalista. Serviço Social. Projeto Ético-Político. Espaços Sócio-Ocupacionais.

SOUSA , Debra Bueno. **Opportunities and challenges for the consolidation of Social Work Ethical - Political Project in occupational social spaces.** 2014. 75 P. Completion of course work (undergraduate Social Work) - State University of Maringa - Regional Campus Valley Ivaí Ivaiporã , 2014.

ABSTRACT

This study aims to analyze the possibilities Ethical - Political Challenges Project of Social Work, and found by Professional Social Service for the realization of the project involved the socio - occupational spaces that employ more professionals today. The work brings the historical process which required the professional insertion of Social Work in social and technical division of labor by identifying the professional profile, from its genesis to the present day. It also analyzes the changes of the work processes from the restructuring of the capital, a phenomenon that alters capitalist relations, social issues and social and occupational areas of social workers. To develop the study was used to study authors capitalist relations, the socio-historical background of social work and qualitative research was conducted with professionals working in socio - occupational spaces of the city of Ivaiporã - PR.

Keywords: Capitalist Society. Social Service. Ethical - Political Project. Socio-Occupational spaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: SIGNIFICADO SOCIAL.....	14
1.1 – O Serviço Social no Brasil: das origens ao processo de ruptura com o conservadorismo (1930-1980).....	14
1.2 - O Serviço Social na década de 1990: a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	31
CAPITULO II – OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL ..	40
.....	
2.1 A organização capitalista e as relações sociais a partir do século XX: os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social	41
2.2 – A reestruturação do capital e as transformações no mercado de trabalho e nas relações sociais capitalista	45
CAPITULO III – EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO- POLITICO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS.....	52
3.1 - Possibilidades e desafios para efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais do município de Ivaiporã – PR	53
3.2. Serviço Social: a necessidade da apropriação profissional.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
APENDECE	71
ANEXOS	74

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, no decorrer do processo histórico constituiu um perfil profissional voltado à negação do conservadorismo. Ao negar o conservadorismo assumiu uma postura crítica que tende a atuar na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Para orientar esta prática profissional o Serviço Social baseia-se num conjunto teórico legal - Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social - que dá sustentação ao Projeto Ético-Político do Serviço Social construído na década de 1980 e consolidado na década de 1990. (NETTO, 1999).

O Projeto Ético Político do Serviço Social é expressão e continuidade do processo de ruptura com o conservadorismo, negado pela categoria em meados da década de 1970. O mesmo teve como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em São Paulo em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”. O processo histórico da profissão revela que a categoria profissional negou o conservadorismo que sustentava ações de intervenção moralizadora da questão social a qual buscava enquadrar os indivíduos para estabelecer a ordem a partir de conceitos moralistas¹. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

A profissão, que emerge no Brasil na década de 1930, e só pôde fazer parte da divisão social e técnica do trabalho quando reconhecida como socialmente necessária na sociedade capitalista, sendo esta uma profissão caracterizada como liberal. Entretanto, desde sua gênese, o Serviço Social encontra nas instituições capitalistas de âmbito público, privado, ou, do terceiro setor, o espaço para desenvolver seu ofício, que se dá na condição de trabalhador assalariado. (RAICHELIS, 2011).

O Serviço Social torna-se requerido ao passo que as expressões da questão social se agravavam e ganhavam contornos de política, surgindo necessidade de enfrentamento e regulamentação da questão social por parte do Estado. Todavia, é ainda na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social

¹ Portanto, em suas, o conservadorismo é um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo, e às idéias socialistas [...] ele valoriza o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem. Com isso, nega a razão a democracia, a liberdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna. (Barroco, 2010, p. 81)

brasileiro fundamenta a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais. (YASBEK, 2009).

Assim, a profissão do Serviço Social atua no bojo das relações sociais antagônicas (capitalista - trabalhador) reconhecidas como expressões da questão social. Esse profissional tornou-se capacitado em funções que contribuem com a elaboração e execução de políticas sociais, sendo predominante esse trabalho no campo das políticas sociais² voltadas à população, sob o intuito de minimizar as desigualdades oriundas da propriedade privada e da exploração de classe.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YASBEK, 2009, p.5).

Contudo, ao estar diretamente relacionada com a produção e reprodução do sistema capitalista, torna-se a profissão afetada pelos rebatimentos da organização do capital. Exemplo são as reestruturações produtivas do sistema, que busca se recompor diante das crises que oscilam em momentos de esgotamento dos padrões de acumulação. Ao ser reestruturado e, portanto, demandar de específicos profissionais para o que pede o mercado de trabalho, requer-se trabalhadores que sejam capazes de atender as novas formas e meios de produção/acumulação, fato que leva à metamorfose das relações sociais, da expressão da questão social e, por conseguinte da prática do assistente social, este um profissional inserido nas relações produtivas. (NETTO, 1996); (SENNETT, 2004).

Ao tempo que modifica sua prática profissional para atender as demandas do mercado, o Serviço Social, sobre a estrutura social, tende a compreender as condições antagônicas que permeiam as relações capitalistas, o que também o leva

² O Estado tem sido o maior empregador de assistentes sociais desde sua origem até dias atuais, porém, o Serviço Social também passou a ser requerido por empresas privadas e organizações do terceiro setor a partir de 1970, por conta do levante do ideário neoliberal que transfere a responsabilidade social para a sociedade civil e para empresas privadas. No Brasil a adoção da orientação neoliberal pode ser observada a partir da década de 1990.

a compreender a necessidade da aproximação do segmento com a teoria social crítica, que analisa as relações a partir da totalidade histórica. (IAMAMOTO, 2011).

As condições históricas, pelas quais passou o Serviço Social, as mesmas que possibilitaram um acúmulo de conhecimentos, proporcionaram que na década de 1990 a profissão se apresentasse madura, superando as fragilidades dos códigos de ética anteriores, reformulando as diretrizes curriculares, e ainda, a profissão foi fortalecida com a lei que regulamenta a profissão - Lei nº 8.662/1993.

Destarte, a condição de trabalhador assalariado é intrínseca ao assistente social e provavelmente não será alterada, enquanto houver capitalismo e necessidade de respostas às mazelas geradas pelo sistema. A profissão através do “estatuto do assalariado” (IAMAMOTO, 2009) tem a possibilidade de efetivar suas funções que se revelam polarizadas por interesses antagônicos, o que leva à necessidade de o profissional buscar estratégias para efetivar o que visa o Projeto Ético-Político que coloca o posicionamento da categoria profissional em prol da classe trabalhadora e propõe a construção de uma nova ordem societária, que seria sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (TEIXEIRA, 2009).

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Projeto Ético-Político do Serviço Social com o objetivo de analisar as possibilidades e desafios encontrados para a consolidação deste nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Nessa perspectiva os objetivos específicos podem ser assim elencados: compreender as transformações sócio-históricas da profissão que levou a formulação do Projeto Ético-Político da categoria profissional; conhecer o projeto ético-político do serviço social; identificar os espaços sócio-ocupacionais que mais empregam assistentes sociais na atualidade; analisar as possibilidades e desafios encontrados para a efetivação/consolidação do Projeto Ético-Político nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. O tema justifica-se pelo interesse da pesquisadora em conhecer as possibilidades e os desafios para a consolidação do Projeto-Ético Político nos espaços sócio-ocupacionais do serviço social.

Nesse sentido, buscando atingir os objetivos, os procedimentos metodológicos adotados foram pesquisa de material bibliográfico e pesquisa qualitativa através de entrevista com roteiro de questões direcionadas às assistentes sociais que atuam no setor público, privado e terceiro setor do município de Ivaiporã. Os critérios para seleção dos espaços sócio-ocupacionais se deram a partir das esferas que mais empregam profissionais de Serviço Social na atualidade.

Para tanto, o trabalho se organiza em três capítulos, seguido das considerações finais. Sendo que o primeiro busca resgatar o processo histórico do Serviço Social, o significado social da profissão; o segundo trata dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social; o terceiro é reservado à pesquisa que aborda as possibilidades e desafios para a efetivação do projeto ético-político nos espaços sócio ocupacionais do município de Ivaiporã.

CAPÍTULO I – PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: SIGNIFICADO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão cuja trajetória revela sua emergência e seu caráter de necessidade na sociedade capitalista, onde é reconhecida a existência da questão social³ sob o fenômeno da generalização do trabalho livre em uma conjuntura histórica do desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana.

Para analisar o surgimento da profissão, deve-se fundamentalmente considerar sua relação com organizações institucionais com interesses de atividades produtivas, sendo tanto empresas privadas como o aparato estatal aos quais se vincula a profissão desde sua necessidade na sociedade capitalista. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

Na trajetória da profissão - Serviço Social - é possível observar diferentes influências e direcionamentos quanto à forma de atuação da categoria profissional a partir da institucionalização. O movimento histórico denota a atuação perpassando desde seu caráter assistencialista até a ruptura com o conservadorismo, construindo uma postura crítica que deflagrou na formação de um projeto profissional que propõe o fim da dominação e da exploração de classe: o Projeto Ético-Político.

1.1 – O Serviço Social no Brasil: das origens ao processo de ruptura com o conservadorismo (1930-1980)

A primeira metade do século XX demarca o estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, onde a exploração desmedida do capital levou à profunda exploração da força de trabalho do proletariado⁴, que tendo como única forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho ao mercado sobre os moldes capitalistas.

³A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (Iamamoto e Carvalho, 2009; 77).

⁴ Classe que não possuindo meios próprios de produção vendem sua força de trabalho para sobreviver.

Iamamoto e Carvalho (2009) apresentam reflexões a partir da década de 1930 acerca da conjuntura social, política e econômica sobre o trabalho em uma realidade de conflitos da divisão de classes⁵ demonstrando as contradições e antagonismos entre a burguesia e o proletariado, colocando em evidência a questão social emergindo assim a necessidade de respostas do Estado⁶ às condições da população neste momento da expansão do capital. Diante deste contexto, pode-se identificar a emergência do Serviço Social meio a conjuntura que serviu como base para a implantação da profissão na divisão sociotécnica do trabalho⁷ no cenário brasileiro atuando no processo da reprodução das relações sociais.

A autora analisa ainda um conjunto de elementos que levou a classe operária a se organizar em busca de melhores condições de trabalho e de vida. O contexto revela a crescente apropriação do trabalho excedente⁸ permeados por interesses econômicos. Os trabalhadores se encontravam cada vez mais fragilizados sob péssimas condições de trabalho e de vida nos locais de produção – fábricas – que se estendiam às cidades que sem estrutura deparava-se com falta de elementos essenciais para sua sobrevivência.

Conforme Martinelli (2010), as cidades se formaram em consequência das fábricas - em torno delas - dessa forma são extensões das fábricas, sendo esta condição necessária para a manutenção do capital.

A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca. (MARX E ENGELS, 2007, p. 52).

⁵ Uma classe detentora do capital e a outra desprovida deste.

⁶ Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. (MARX E ENGELS, 2007p. 75)

⁷ O processo de profissionalização do Serviço Social lhe deu caráter de especialização do trabalho social coletivo. A profissão passa a ser inscrita na divisão social e técnica do trabalho na medida em que se estabeleceu um mercado de trabalho, que a requisita, que identifica na atuação de seus agentes uma utilidade social para o seu exercício. (ORTIZ 2010, p.145)

⁸ Diferença entre o que o trabalhador/empregado produz, e o valor que recebe, sendo este substancialmente menor do que o valor que produziu. O valor produzido é muito maior que o valor recebido, dessa forma lê-se trabalho excedente.

Diante dessas circunstâncias, buscando garantir a sobrevivência nas cidades frente aos baixos salários, adentraram ao mercado de trabalho crianças e mulheres cumprindo extensas jornadas de trabalho no mesmo ritmo dos operários, os quais eram desprovidos de direitos trabalhistas assegurados por lei. Sobre esse aspecto, não se tinha no início do século XX leis que assegurassem direitos à classe trabalhadora na garantia de emprego ou de segurança. A falta de condições sobre todas as instâncias na vida do trabalhador fomentou a sua organização na busca do reconhecimento de sua cidadania. Como analisa Iamamoto e Carvalho:

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.126).

Os movimentos reivindicatórios pelos interesses da classe trabalhadora se deram sobre forte repressão policial, no entanto, a resistência operária e o crescente movimento levaram às greves e manifestações o que evidenciavam a sociedade burguesa o pauperismo do proletariado.

Apenas em 1919 - numa conjuntura marcada pelo fortalecimento do movimento operário – é implantada a primeira medida ampla de legislação social, responsabilizando as empresas industriais pelos acidentes de trabalho. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.13).

Ao fim da primeira guerra mundial (1918), as obras e instituições que emergiam deram origem às protoformas do Serviço Social. O movimento da sociedade capitalista e a inegável condição da questão social induziram a organização de “*nova política social mais compreensiva relativamente à classe operária*”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 166).

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo, possuem já – não apenas ao nível de retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. (IAMAMOTO E CARVALHO 2009, p.166).

A década de 20 do século XX sinalizou o enfraquecimento do governo. Esse fato pode ser observado pelo inconformismo da classe média e pela revolta tenentista⁹, que mesmo sobre uma posição autoritária e conservadora buscavam reformas políticas e sociais no Brasil. Sobre uma forte crise mundial a década de 30 apresenta sinais de desequilíbrio político no país, fato este que abalou a supremacia da burguesia cafeeira – principal atividade de acumulação do país – e sobre a crise política da hegemonia. Diante do ocorrido, se abriu brechas para que houvesse alterações da estrutura política e econômica até então vigente. Com a Revolução ocorrida em 1930 definiu o fim da Primeira República e, sobre um golpe de Estado assumiu o governo Getúlio Vargas investindo no processo de urbanização e industrialização. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

A Igreja Católica, que no período da República Velha havia perdido espaço na sociedade brasileira pelo seu posicionamento reacionário contrário ao Estado, com a crise da hegemonia e com a burguesia sobre a ameaça dos movimentos das classes subalternas, reconquista espaços através da intervenção na vida social. Interessado no poder de controle social e ideológico da Igreja, o Estado proporcionou à instituição cristã condições para que pudesse intervir na dinâmica social do país. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

Conforme já mencionado, a Igreja desde o pós-guerra mantinha instituições assistenciais de Ação Social com estreita ligação com o Estado – este subsidiava terrenos para as instituições - e sobre a perspectiva de apostolado social buscava atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista. Nesse momento as ações realizadas pela Igreja já se diferenciavam da caridade tradicional. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009)

Em 1932, sobre a perspectiva da necessidade de formação técnica especializada para prestação de Assistência a população é criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) no qual foi realizado curso intensivo de formação social para moças sobre a direção da hierarquia da Igreja Católica. O lema se pautava na justiça social e caridade cristã. O CEAS iniciou suas atividades sobre forte influência européia nos estudos da organização e ensino do Serviço Social. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

⁹ Movimento político militar que revelou o descontentamento de oficiais tenentes que buscavam reformas no país. Esse movimento ocasionou revoltas e enfrentamentos ao governo em várias localidades do Brasil.

O objetivo do Centro de Estudos em questão era

[...] o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.169).

O CEAS no ano de 1936 fundou a primeira escola de Serviço Social do Brasil, localizada em São Paulo. A partir daí, outras escolas foram sendo formadas em várias capitais do país. (IAMAMOTO, 2009).

O avanço da industrialização aumentava a concentração de renda e, conseqüentemente, as desigualdades sociais, ocasionando tensões nas relações de trabalho agravando a questão social. A crescente massa populacional de trabalhadores nas cidades acarretou fortes movimentos operários contestando a exploração do trabalho, e em defesa dos direitos à cidadania. Diante dessa conjuntura, as atividades de agricultura foram sendo substituídas pelas industriais que passava a ser prioridade na economia do país. Nesse sentido, a organização e as manifestações da classe trabalhadora evidenciaram a questão social e conforme assinalado por Iamamoto e Carvalho (2009) este foi o quadro em que foram gestadas as protoformas do Serviço Social no Brasil.

A partir do Estado Novo (1937), sobretudo com forte característica corporativista¹⁰ de governar, Andrade (2008) define o perfil do governo de Getúlio Vargas:

A política de Estado Novo se apresenta, claramente, como resposta às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana. O surgimento de instituições assistenciais e previdenciárias fazem parte do projeto reformador implementado pelo Estado, e têm a característica principal de propiciar benefícios assistenciais aos trabalhadores. (ANDRADE, 2008, p.269).

¹⁰ Modelo de gestão política e econômica que propõe articulação entre as classes visando supervisionar/fiscalizar os trabalhadores. Cooptação das organizações dos trabalhadores em corporações.

Segundo a autora, a iniciativa governamental de intervir nas relações de classe através de medidas assistenciais de caráter filantrópico, inaugura o campo de trabalho para Assistentes Sociais atrelados às políticas públicas sociais implementadas pelo Estado como forma de enfrentamento da questão social.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades. A partir desse momento só é possível pensar a profissão e seus agentes concretos – sua ação na reprodução das relações sociais de produção – englobados no âmbito das estruturas institucionais. O Assistente social aparecerá como uma categoria de assalariados – quadros médios cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente, o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 309).

O governo corporativista propiciou que o capitalismo industrial ganhasse cada vez mais espaço no cenário brasileiro na década de 1940. As expressões da questão social necessitavam cada vez mais de formas efetivas de enfrentamento que garantissem a produtividade do trabalho. O Estado, passando a intervir na relação do empresariado com a classe trabalhadora implementava medidas de prestação de serviços sociais. (Andrade, 2008)

O contexto desta década evidencia mudanças políticas que expressavam o fortalecimento da industrialização e o enquadramento da população urbana. Segundo Andrade (2008), o momento coincide com a legitimação e institucionalização do Serviço Social, assim como possibilita o rompimento com a até então forma de atuação pautada na doutrina social da Igreja Católica.

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 40 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado de trabalho que se abriu com essas instituições, instaurou-se como uma categoria assalariada fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado. No entanto, a profissão carecia de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos necessários para responder às novas demandas, visto que até a década de 1940, as

assistentes sociais pioneiras tinham a legitimação de seu trabalho limitada pela intervenção advinda da missão do apostolado social e que, agora, passava a ficar a cargo do mandato institucional. (ANDRADE, 2008, p.270).

Os profissionais de Serviço Social, necessariamente precisaram adequar a forma de intervenção buscando atender as exigências das emergentes instituições frente ao quadro político, social e econômico característico do momento. Com a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, após a Segunda Guerra, foi possível que a influência norte-americana tomasse lugar da anterior influência franco-belga. (ANDRADE, 2008).

A partir da influência norte-americana, o Serviço Social do Brasil passou a atuar com procedimentos “racionais” e ações técnicas que segundo Andrade (2008) possibilitou ao profissional - dentro de sua função institucional – a serem agentes com objetivos de mudanças que pudessem visar o restabelecimento de estabilidade.

O conservadorismo católico, que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, começa, especialmente a partir da década de 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. A reorientação da profissão, que exigia a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, teve como objetivo atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, às requisições de um Estado que começava a implementar políticas sociais. (ANDRADE, 2008, p.277)

O Serviço Social brasileiro, sob influência norte-americana, e ainda correspondendo aos interesses capitalistas, adotou o funcionalismo como base teórica para instrumentalizar a *investigação e intervenção na realidade social*. (Andrade, 2008, p. 279). A autora expõe que as práticas pautadas na concepção funcionalista supõem ajustar e/ou adaptar o indivíduo ao meio. Para tanto, o Serviço Social utilizou os procedimentos de caso, grupo e comunidade como metodologia de ação.

O Serviço Social de caso analisava a personalidade do indivíduo a fim de propor mudanças que levassem a adaptação do mesmo ao meio. A abordagem incluía método clínico com etapas de estudo, diagnóstico e tratamento. No Serviço Social de grupo com perspectiva educacional, havia um sentido de fortalecer a personalidade do indivíduo a fim de capacitá-lo para um correto funcionamento

social. E, o desenvolvimento de comunidade, especialmente na década de 1950, não foge do conceito dos anteriores, contudo, busca fortalecer as comunidades diante de seus problemas supondo a participação dos integrantes pensando no desenvolvimento da nação. Aos Assistentes Sociais cabia o papel de estimular e orientar os indivíduos e grupos na perspectiva institucional. (ANDRADE, 2008).

A modernização do trabalho profissional, através da influência norte-americana, teve que ser repensada e readaptada levando em consideração as especificidades do país – Brasil - que notavelmente se difere das grandes potências. Dessa forma, e em consequência da expansão do ensino e da profissão é inaugurado em 1945 a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social – ABESS, seguindo em 1946 da Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS. Em 1948 a categoria profissional cria o primeiro Código de Ética e o ensino do Serviço Social é normatizado legalmente pela Lei 1.889 de 13 de junho de 1953. Em 1954, o ensino da profissão é regulamentado através do Decreto Lei n. 35.311, de 08 de abril de 1954. O artigo 2º do Decreto Lei que define as finalidades do curso consta as seguintes diretrizes:

- I – Promover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;
- II – Aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social;
- III – Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. (ANDRADE, 2008, p. 286).

As múltiplas expressões da questão social - entendidas como objeto de trabalho dos profissionais de Serviço Social - tendiam nas configurações do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a se agravarem diante da conjuntura que anunciava uma orientação desenvolvimentista como lema “fazer o Brasil crescer 50 anos em 5”. Para tanto, visando à “modernização” e o progresso do país, o então governo priorizou obras de infra-estrutura e a industrialização pesada foi estimulada.

O desenvolvimento industrial conforme lamamoto:

[...] modifica a própria organização da vida na sociedade: universaliza a concorrência, cria e consolida o mercado mundial, desenvolve os meios de comunicação, a propaganda, submete a si o comércio, multiplica e diversifica os ramos industriais, amplia a concentração do capital. Consolida, ainda, a divisão do trabalho entre cidade e campo, faz crescer as cidades, transforma a agricultura e as relações de

produção nela vigentes. Amplia o mercado de mão de obra, estabelecendo modalidade sem limites da força de trabalho, e solidifica a segmentação entre trabalho manual e intelectual. A indústria moderna revoluciona constantemente as técnicas de produção e, com elas, as funções do trabalhador e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade, lançando massa de trabalhadores e de capitais de um ramo da produção para outro. (IAMAMOTO, 2011, p.74-75).

A linha política nacionalista e reformista no governo do sucessor do governo Juscelino foi João Goulart (1961 - 1964), que manteve uma linha política nacionalista e reformista, o que fez emergir entre categorias políticas e empresariais o receio da implantação do socialismo/comunismo¹¹, fazendo decrescer o investimento internacional no país. Mobilizações de segmentos sociais e políticos (estudantes, operários e camponeses) marcaram o período evidenciando uma série de precarizações nos setores da sociedade. O governo anunciou em 1964 um conjunto de reformas que seriam realizadas nos setores agrário, urbano, na área da educação, eleitoral além da reforma tributária que visava corrigir as desigualdades sociais.

As propostas do governo de João Goulart desagradaram parte de políticos e segmentos representativos de multinacionais. Os desagradados e inconformismos com as propostas de Goulart levaram ao golpe militar de 01 de abril de 1964 colocando fim ao regime democrático do Brasil ficando o país sob controle político do comando militar que buscou “restabelecer a ordem social”, combater o comunismo, além de buscar o crescimento econômico. As medidas tomadas tinham caráter provisório, o que evidentemente não ocorreu considerando que o regime ditatorial durou 21 anos. (NETTO, 2011).

O período ditatorial, caracterizado por Netto (2011) como modernização conservadora, ficou conhecido pelas práticas autoritárias, repressões, censuras, perseguições, exílios, torturas, suspensão de direitos políticos, modificações na

¹¹ O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados. Sua organização é, por isso, essencialmente econômica, a produção material das condições dessa associação; ele faz das condições existentes as condições da associação. O existente que o comunismo cria é precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos, na medida em que o existente nada mais é do que um produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos. (MARXE E ENGELS, 2007, p. 67).

Constituição, etc. No aspecto econômico, os militares apostaram no desenvolvimentismo remetendo a modernização da economia que beneficiava a burguesia, receberam apoio dos Estados Unidos e de grandes empresas.

Meio e este contexto, de consideráveis mudanças que ocorriam no Brasil sobre a liderança da autocracia burguesa, o Serviço Social demarca posições renovadoras e definitivas para que a profissão chegasse/construísse cada vez mais a sua “relativa identidade”¹². A reformulação organizacional e funcional a qual fortaleceu a burocratização careceu efetivamente reformar o sistema previdenciário, o que demandou maior número do quadro técnico de profissionais de Serviço Social que operacionalizassem nesse espaço sócio ocupacional com reorientações também na forma de atuação. O campo de atuação em empresas vinha desde a década de 1960 se expandindo aos assistentes sociais pela necessidade e dinâmica destas – empresas – de promoverem a vigilância e controle da força de trabalho. (NETTO, 2011).

Os procedimentos administrativos “modernos” conduziram a erosão do Serviço Social tradicional. As programações organizacionais exigiram um profissional técnico racional, o que de fato, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho. Nas palavras de Netto (2011, p. 123), [...] *exige-se um assistente social ele mesmo “moderno”- com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”*. Para isso o ensino foi enquadrado na refuncionalização do sistema educacional que seguiam de encontro com a ideologia do Estado de Segurança Nacional que como traço principal buscava privilegiar o capital. (NETTO, 2011).

Contudo, o Serviço Social inicia - correspondente ao período da ditadura - ao ingresso em universidades via cursos de pós-graduação. O caráter renovador exigido à profissão levou à crescente laicização, o Serviço Social que até então não apresentava uma literatura própria, passou a constantes reflexões e discussões para formulação de uma direção competente/adequada com relação à teoria e ideologia a ser fundamentada a profissão. O espaço emergente ao ensino superior aos Assistentes Sociais, apesar da vigência ditatorial, possibilitou a categoria significativos debates teórico-metodológico que levassem ao questionamento da

¹²Digo isso porque segundo Netto não se trata de consagrar identidades cristalizadas, mas de promover unidades dinâmicas. (1996. p. 116).

forma autoritária de governo e a reflexão do próprio direcionamento profissional, [...] “a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco dessa abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal”. (NETTO, 2011, p. 133).

O período que marca o processo de Renovação do Serviço Social se inicia mais evidentemente a partir de 1965, contou com sustentação de organismos ligados ao ensino e a profissão sendo eles: CBCISS; entidades; cursos de pós-graduação; ABESS; categoria profissional; associações. Outros fatores notáveis a partir da segunda metade da década de 1970, com o aumento da demanda do trabalho técnico dos Assistentes Sociais, foram o conseqüente alargamento do mercado de trabalho e a condição de assalariado dos Assistentes Sociais, sendo indispensável a organizações da categoria fazendo emergir as instâncias representativas da profissão: Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), e os Conselhos Regionais. (NETTO, 2011).

A categoria profissional sobre uma conexão sequencial, macroestrutural na América Latina, possibilitados por encontros em seminários fortaleceu a possibilidade de proposição da renovação do Serviço Social, movimento este, que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação.

[...] “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987 apud. NETTO, 2011, p. 146).

Evidência resultante desse processo de intenção de ruptura demarca ao Serviço Social a aproximação – vulgar – à tradição marxista¹³. No entanto, o quadro sociopolítico de inúmeros países da América Latina se apresentava sobre regimes ditatoriais e isso foi determinante para que por volta de 1975 a intenção de ruptura tivesse que ser suprimida momentaneamente. (NETTO, 2011).

A perspectiva modernizadora que levou ao processo de renovação do Serviço Social no Brasil teve dentre seus desdobramentos a realização do Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá - MG – em 1967, dando continuidade a proposta, outro seminário foi realizado em 1970 na cidade de Teresópolis – RJ -

¹³Tradução enviesada das obras de Marx.

dando materialização aos documentos de Araxá e Teresópolis que expressam como demonstra Netto,

[...] a recuperação sem rupturas do tradicionalismo, mas sob novas bases [...] o que é notável é a sistemática recuperação do Caso, Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade desde que funcionais à mudança e ao desenvolvimento. (NETTO, 2011, p. 173)

Outros seminários foram realizados mais tarde sendo estes o Seminário de Sumaré – 1978 – Seminário do Alto da Boa Vista – 1984. Os seminários aqui citados: Araxá; Teresópolis; Sumaré; Boa Vista, foram promovidos pelo CBCISS, espaços estes que serviram de instâncias da consolidação da perspectiva modernizadora, no entanto segundo Netto (2011) os resultados não passaram de reatualização do conservadorismo.

Decisivo para o direcionamento do Serviço Social no Brasil foi o III Congresso brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido no ano de 1979, conhecido também como “Congresso da Virada”, ficou marcado pela postura dos profissionais. O congresso marcou profundamente a categoria profissional, abriu novos horizontes – onde a luta fosse por um estado democrático “ao lado” da classe trabalhadora, e não mais sobre o domínio conservador – ou seja, propõe outra forma de atuação, surgindo o direcionamento de diferente tipo de olhar da profissão às relações sob uma perspectiva crítica embasada na teoria social de Marx (Materialismo Histórico Dialético). (IAMAMOTO, 2009).

O desenvolvimento do projeto de ruptura no bojo da autocracia burguesa tem maior relevância no interior da academia, onde passa a ter elaborações teóricas orientadas pelo marxismo. Denota-se a experiência de Belo Horizonte - Método de BH - onde foram possíveis significativas pesquisas com relação às relações sociais. (NETTO, 2011).

O início da década de 1980 com a crescente abertura democrática se tornaram favoráveis a defesa de projetos societários¹⁴. Com efeito, observa-se no Serviço Social um questionamento acerca da perspectiva renovadora da profissão retomando repercussão a intenção de ruptura que esboça a necessidade de uma

¹⁴ “Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem da sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. (Netto, 1999. p. 02)

leitura mais crítica acerca da realidade, nesse contexto se busca defender um projeto mais definido e abrangente.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO, 2011, p. 37).

A referida década apresenta acontecimentos imprescindíveis para a reorientação da profissão, o que levou a construção de um projeto profissional que considerasse as especificidades de uma sociedade em movimento com sinais de reestruturação. O rompimento com o tradicional tecnicismo, politicismo e teorismo, induziu a novos rumos e posicionamentos de trabalhadores de Serviço Social que garantissem o seu caráter de necessidade na divisão social e técnica do trabalho, com resultados satisfatórios no âmbito da prática profissional. (IAMAMOTO, 2012).

As mudanças estruturais, determinadas por adequações do modo produtivo e de acumulação do capital internacional – crise do taylorismo/fordismo¹⁵ com estratégia keynesiana¹⁶/nova organização Toyotista¹⁷ - levaram a categoria de Serviço Social a profundas reflexões acerca do direcionamento do processo formativo da profissão, entendendo que este deveria ser fundamentado em elementos que dessem suporte ao novo perfil profissional frente às exigências no âmbito das relações contemporâneas demarcadas nesse período. Fez-se fundamental um suporte teórico que dessem condições de desenvolver uma leitura

¹⁵ Fordismo: regime de acumulação cujo método de trabalho racional visava a produção em massa e o consumo em massa de forma funcional e eficiente.
Taylorismo: orientação de administração científica utilizada no fordismo.

¹⁶ Keynesianismo: estratégia administrativa de poderes estatais que pré-suponha um estado de bem estar social. (Harvey, 1993).

¹⁷ Padrão de acumulação flexível que visa a reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. (Antunes, 2000).

crítica da realidade com relação ao processo social na sua contradição. (IAMAMOTO, 2012).

Dessa forma, com um arcabouço de conhecimento emergente do acúmulo histórico das reflexões e de movimentação de professores, alunos e profissionais de Serviço Social sobre a natureza da profissão, os campos da pesquisa e do ensino passaram por um movimento que nos termos de Iamamoto (2012) faz emergir um “*novo perfil profissional e acadêmico*”, o qual demonstrava competência teórico-crítica dos fundamentos do processo formativo pautado na tradição marxista - agora sobre tradução fiel das obras - a qual remete a consideração das particularidades históricas que compõem a totalidade. A eclosão das discussões para além dos limites institucionais de ensino e do Serviço Social colocou o debate em diálogo com outras áreas de pesquisa enriquecendo o arsenal teórico-metodológico da profissão que passa a integrar a teoria-crítica – Materialismo Histórico Dialético- para buscar compreender a realidade.

Conforme Iamamoto,

Se a Reconceituação viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o Marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se, no Brasil, apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heler, entre outros, além dos “clássicos”). (2012, p. 234-235).

A teoria marxista requer fundamentalmente um método que priorize a dialética entre os elementos que compõem a totalidade histórica concreta que determina as relações sociais. A leitura crítica da própria profissão para compreensão do seu significado social levou a análise de múltiplos elementos sociais, políticos e econômicos que compõem a totalidade capaz de revelar a sua necessidade na sociedade burguesa no quadro de profissões socialmente necessárias para a manutenção do capital. Portanto,

O centro das preocupações do Serviço Social, ao repensar-se e rever sua prática, foi assegurar sua *contemporaneidade*, levando-o a enfrentar, juntamente com a sociedade, as questões da *democracia*, da *cidadania* e dos *direitos sociais*. (IAMAMOTO, 2012, p. 239).

Em consideração às transformações em curso no Serviço Social frente às insatisfações teórico-ideológico e metodológico a qual apresentava a categoria, houve a necessária abordagem de estratégias com atitude interdisciplinar no âmbito da pesquisa do ensino e da extensão. Conforme sustenta Sá (2010, p.20),

As diversas disciplinas continuam como válidas perspectivas de abordagem dos diferentes aspectos do real. Para se constituir, a perspectiva interdisciplinar não opera uma eliminação das diferenças: tanto quanto na vida em geral, reconhece as diferenças e as especificidades, convive com elas, sabendo contudo que elas se reencontram e se complementam, contraditória e dialeticamente. O que de fato está em questão na postura de interdisciplinaridade, fundando-a, é o pressuposto epistemológico de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas.

Com a proposta renovadora da profissão, transparecendo uma crise de paradigmas, os espaços de discussão tornaram-se cada vez menos consensuais e mais polêmicos sendo que para Netto (2011) este – dentre outros - é um dos aspectos decisivos no processo de renovação do Serviço Social, “*a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;*” (NETTO, 2011, p. 135).

Coutinho (1995) ao tratar do ecletismo traz contribuições para a compreensão das transformações ocorridas no Serviço Social, pautando que o ecletismo - utilizado pela profissão outrora - possibilitava, e ainda possibilita um arsenal de múltiplos equívocos para a realização de uma pesquisa, ou seja, raízes conservadoras levam a pensar que as teorias opostas podem comungar entre si não em forma de complementaridade e sim de uma junção de posições contrárias.

O Serviço Social ao assumir uma postura crítica pautada no materialismo histórico dialético para análise e intervenção da realidade, comunga do pluralismo como forma de buscar a totalidade sem, no entanto, deixar de analisar temáticas de outras naturezas. Sobre esse aspecto se devem levar em consideração duas instâncias: 1) nos estudos científicos o pensamento social busca a aproximação com a realidade sendo a tolerância (debates/discussões) fundamental para o progresso da ciência. 2) o mundo dos valores representa para além *daquilo que é, para aquilo*

de deve ser dentro de um consenso e objetivação coletiva, tornando objetivo mesmo aquilo que a ciência não da conta de respaldar. (COUTINHO, 1995).

Assim, a abordagem pluralista neste contexto deve considerar as decisões democráticas sem deixar de levar em consideração os anseios individuais, ou seja, considerar o conjunto dos sujeitos coletivos com concepção ideológica ou simpatias variadas, porém com valores éticos em comum. Conforme Coutinho,

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é assim sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, 1995, p. 14).

Diante das considerações postas, a década de 1980 foi um momento propício para discussões acerca da formação profissional levando as instituições formadoras, assim como as instâncias de organização e de pesquisa do Serviço Social a proporem novas direções teóricas à profissão deflagrando no currículo mínimo de 1982. Havia surgido a compreensão de que a abordagem imediatista não daria conta de explicar as relações sociais com toda complexidade a qual as permeiam. Os fundamentos do processo formativo do Serviço Social passaram a ser sustentados pelo conhecimento e história, fundamentados nos pensamentos da fenomenologia¹⁸ existencial e no materialismo histórico dialético. (Pontes, 2010)

Dessa forma, o Serviço Social com evidente amadurecimento intelectual superado o marxismo vulgar, afirma a incorporação da mediação com um arranjo analítico de dupla natureza: reflexiva e ontológica. A compreensão “acertada” pela categoria de Serviço Social sobre concepção do método crítico-dialético em Marx possibilitou aos profissionais a ultrapassagem dos limites institucionais para articular a mediação no plano das possibilidades, da análise do objeto na sua totalidade complexa, em sua essência¹⁹.

[...] a emergência da categoria de mediação no plano metodológico permitiu o reencontro da profissão com algumas temáticas centrais à forma de inserção do Serviço Social na sociedade capitalista, bem

¹⁸ Estudo dos fenômenos que aparece à consciência buscando os compreender.

¹⁹ Para além do aparente, aquilo que não está explícito.

como, com sua especificidade profissional, a questão da assistência, a questão do cotidiano, a questão do espaço institucional da prática profissional, entre outras; (PONTES, 2010, p. 188)

A categoria profissional de Serviço Social expressou a legitimidade de sua posição junto à classe trabalhadora - sendo ela mesma a própria classe - no Código de Ética de 1986, deixando explícito o posicionamento o qual afirmava a profissão com uma direção ético-político legalizada pelo Conselho Federal de Assistência Social - CFAS, atualmente Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. (Teixeira, 2009) Além disso,

[...] a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão de trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecida: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. Constitui-se uma *intelectualidade* no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o “mercado de bens simbólicos” da profissão (NETTO, 1996, p. 112).

Paralelo ao quadro de fortalecimento do Serviço Social na década de 1980 estava o cenário político/econômico do Brasil, o qual a partir da segunda metade da década em questão demonstrava a transição para efetiva abertura democrática frente à forte crise econômica que rebatia em todos os setores da sociedade. Apesar da morte de Tancredo Neves – eleito à presidência - seus compromissos políticos de redemocratização e atenção a crise a qual passava o país, foi mantida por José Sarney que com a morte de Tancredo assume a presidência na condição de vice-presidente.

Durante seu mandato foi promulgado a Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã por trazer garantias de Proteção Social aos cidadãos - direitos sociais, civis, políticos, econômicos, trabalhistas, dentre outros. Com a volta da democracia, os cidadãos brasileiros puderam exercer o direito ao voto nas eleições diretas ocorridas em 1989 onde foi eleito para presidente Fernando Collor de Mello. Ao Serviço Social acenava a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais com a seguridade social trazida como direito dos cidadãos.

O Brasil, desde o final da década de 1980, – governo Sarney – com o esgotamento da Política Desenvolvimentista, estava frente à abertura da política

neoliberal, a qual desde o final da década de 1970 havia sendo colocada em prática na Inglaterra e a partir da década de 1980, em vários países de capitalismo avançado. A adoção da orientação neoliberal se mostra fator determinante para que profundas mudanças se dessem em todos os âmbitos da sociedade brasileira.

1.2 - O Serviço Social na década de 1990: a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social

A década de 1990 revela na sociedade brasileira a maturação do Serviço Social frente a um arsenal de instrumentos que embasam a profissão da teoria/formação à prática profissional. Pode-se notar através do contexto histórico que esse quadro de avanços alcançados pela profissão foi possível através de uma organização coletiva que sobre a prática da construção/desconstrução da própria profissão - e do meio ao qual se insere – revela seu caráter de necessidade e seu posicionamento na sociedade capitalista. (Netto, 1996).

Os avanços da globalização e do neoliberalismo que assola o país a partir da década de noventa, impõe desafios a toda sociedade brasileira nos diversos âmbitos que esta se apresenta, da esfera familiar à divisão sócio-técnica do trabalho. Nessa esfera, o Serviço Social se apresenta como propositor de ordem distinta aos intentos do liberalismo.

A origem do neoliberalismo encontra-se na região da Europa e América do Norte sobre a reação teórica e política de Friedrich Hayek contra o Estado de Bem Estar Social, ambos emergentes na década de 1940, porém, como já mencionado no item anterior, o neoliberalismo passou a ser efetivado apenas ao fim da década de 1970. Além de seu posicionamento contra o ideário comunista, o modelo neoliberal estimula também a concorrência e a desigualdade colocando esses como fatores positivos para o desenvolvimento do capitalismo. (SADER, 2012).

Percebe-se que “[...] o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais”. (SOARES, 2009 p. 12).

O neoliberalismo, decisivamente adotado no Brasil na década de 1990, como medida para combater a grande crise do modelo econômico que vinha

aterrorizando os governos de muitos países desde a década de 1970, emergiu paralelamente ao fenômeno da globalização no país – entende-se que a globalização se deu em momentos distintos em diferentes localidades. O caminho estava traçado! Explicita-se que o mundo estava interligado em uma teia de relações econômicas, políticas, sociais, tecnológicas que viriam a se concentrar/difundir cada vez mais rumo a uma sociedade global. (IANNI, 1992).

O sistema globalizado levou os países a firmarem tratados em busca de relações comerciais padronizadas e à financeirização²⁰ do capital. Pode se encontrar aí uma possível explicação para a difusão que ocorre pelo mundo dos ajustes estruturais como o caso do neoliberalismo.

As políticas de ajuste fazem parte de um movimento de ajuste global, o qual se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma doutrina neoliberal, cosmopolita, gestada na capital política do mundo capitalista, denominada Consenso de Washington. (SOARES, 2009, p.16).

As corporações buscam se instalar em localidades descentralizadas, especialmente onde a pobreza é mais agravada e os sindicatos não têm força o suficiente para intervir nas relações entre as empresas e trabalhadores, em que a mão de obra é efetivamente mais barata possibilitando maior margem de lucro. (SADER, 2012).

Conforme Netto (1996) a estratégia de regulação do capital tomada pelo país - ajuste neoliberal – salienta características que levam a flexibilização, desenvolvimento tecnológico, produções segmentadas e descentralizadas, mobilidade dos pólos produtivos, globalização econômica, financeirização do capitalismo, articulação das unidades produtivas.

O neoliberalismo contribuiu para a objetivação da “terceira revolução industrial” incidindo na substituição da eletromecânica pela eletrônica, na automação

²⁰ [...] o processo de financeirização indica um *modo de estruturação da economia mundial*. Ele não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas. O fetichismo dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas ante as sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e pelos investidores financeiros, que contam com o efetivo respaldo dos Estados nacionais e das grandes potências internacionais. (IAMAMOTO, 2012).

e informatização alterando substancialmente os processos produtivos e de trabalho. Inerente a isso, modifica-se também os mecanismos de controle sobre os trabalhadores e a toda população exposta aos impactos causados pela modernização. (NETTO, 2012).

A reestruturação ocorrida na esfera da produção/trabalho levou ao aprofundamento do trabalho morto²¹ em detrimento ao trabalho vivo²² exigindo do ultimo a super qualificação e/ou a polivalência, nesse contexto o humano é banalizado. O enxugamento da força de trabalho intrínseco ao neoliberalismo acirrou a seleção dos segmentos excluídos/incluídos emergindo novas formas de contratações flexíveis (contratos temporários) além de elevar o número de trabalhos informais. (NETTO, 1996).

As privatizações/terceirizações passam a ser estimuladas. O Estado recua no que diz respeito aos investimentos na área social resultando em cortes orçamentários e precarizações dos serviços públicos. A responsabilidade pela questão social volta-se para a sociedade civil fazendo ampliar o número de Organizações não Governamentais - ONGs -visando suprir as necessidades da população. (SADER, 2012). Portanto, os mecanismos de resposta às precarizações causadas nesse contexto onde,

[...] as múltiplas manifestações da *questão social*, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “*programas focalizados de combate à pobreza*”, que acompanham a mais ampla *privatização da política social pública*, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2009).

Com a era neoliberal globalizada, as relações entre indivíduos se tornaram cada vez mais distantes e acirradas, a lógica da concorrência passou a dominar o imaginário social, o individualismo foi estimulado e as pessoas se viram responsável pelo seu sucesso ou derrota, ou seja, a sociedade esta cada vez mais fragmentada. (IANNI, 1992). A socialização global da cultura do consumo - lógica do

²¹ Produção através de máquinas.

²² Mão de obra humana.

capital - incorpora características do mercado tornando ela mesma – cultura – funcional. A “cultura global” passa por alterações substanciais remetendo os indivíduos a imediaticidade. Netto (1996) coloca como mutação sociocultural estrutural em consequência da crise de paradigmas que levam os diversos segmentos a buscarem um novo perfil cultural que expressem suas ideologias.

No Brasil nos anos 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello, apoiou a onda neoliberal e apresentou como proposta de modernização do país através de uma conduta que remete às privatizações, abertura do mercado concorrencial e da economia, entrada de mercadorias e capitais estrangeiros, políticas celetistas e focalistas além da fragilização das políticas sociais. Todos esses são elementos que compõem o modelo neoliberal.

Collor, com um plano de estabilização econômica alegando procurar conter a inflação, aplicou uma série de medidas que objetivava o enxugamento estatal- leia-se diminuição do orçamento - gerando a demissão de grande número de funcionários públicos, assim como a extinção de um número expressivo de empresas públicas. Em 1992, diante de um quadro de denúncias de corrupção foi impedido de se manter no governo e foi deposto assumindo a presidência o vice Itamar Franco. (SADER, 2012).

Com a inflação em alta, e graves problemas sociais houve a implantação do Plano de estabilização da economia: o Plano Real desenvolvido pelo Ministério da Fazenda.

[...] é a partir de meados dos anos 90, após o lançamento do Plano Real e com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, que os contornos neoliberais do processo do “ajuste brasileiro” tornam-se mais nítidos, bem como as suas consequências econômicas e, sobretudo, sociais. (SOARES, 2009 p. 38-39).

Meio a este contexto de ajustes neoliberal no Brasil, o Serviço Social se apresenta relativamente consolidado, firmando sua característica de “cultural profissional” enquanto expressão coletiva de categoria que idealiza um projeto profissional, em sua configuração mais abrangente: um projeto societário. (TEIXEIRA, 2009). O projeto profissional do Serviço Social, portanto, é fruto de um processo seqüencial que consolidou o Projeto Ético Político da profissão tendo em sua expressão primitiva/gênese a negação do conservadorismo e da impressão

imediatamente para adotar uma postura crítica pluralista que defende os interesses da classe trabalhadora (tendo como marco o Congresso da Virada em 1979). (NETTO,1999). Conforme Netto,

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir destas opções que o fundamentam tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente *democrático* – considerada a *democratização* como *socialização da participação política* e *socialização da riqueza socialmente produzida*. (1999, p.15-16).

Isso, no entanto, de forma alguma exclui os impasses que permeiam a profissão mesmo porque, *“Nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sobre todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento”*. (NETTO, 1996, p. 116).

Contudo, o Serviço Social rompido com o conservadorismo e munido de suporte histórico dialético, e ainda considerando as peculiaridades das imposições contemporâneas, demonstrou a defesa por uma “cultura” alternativa que acabara por *“gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir”*. (NETTO, 1996, p. 116-117).

O posicionamento dos profissionais de Serviço Social é pode ser observado pela

[...] direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde março de 1993: direção que, pondo como valor central a *liberdade*, fundada numa ontologia do ser social assentada no *trabalho*, toma como princípios fundamentais a *democracia* e o *pluralismo* e, posicionando-se a favor da *equidade* e

da *justiça social*, opta “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFAS, 1993, p. 11 apud NETTO, 1996, p.116-117).

O projeto profissional do Serviço Social tem caráter autônomo sendo este pautado no tripé teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que são elementos que dizem respeito exclusivamente aos estatutos legais e éticos da profissão instituída com caráter liberal, portanto a condução do exercício profissional fica a cargo de organismos e entidades representativas da categoria. Ressalta-se que a profissão de Serviço Social é regulamentada como liberal²³, no entanto, o exercício profissional se dá sobre forma de assalariamento devendo dar respostas ao requerente dentro de suas demandas. (IAMAMOTO, 2009).

Portanto, os impasses citados anteriormente ultrapassam a questão da não homogenia profissional para esbarrar-se com a condição de assalariado do profissional tornando o exercício da profissão “*tensionado pela compra e vendada força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional*”, (IAMAMOTO, 2009, p. 31). Condição esta que inevitavelmente estabelece um conflito entre projeto ético-político e alienação do trabalho que se faz com o “*estatuto do assalariado*”. (IAMAMOTO, 2009)

Os elementos que constituem e dão materialidade ao Projeto-Ético Político da categoria profissional - produto da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social e das lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização- apresentam-se sobre três dimensões fundamentais e indissociáveis para a formação: a dimensão da produção de conhecimento; a dimensão político organizativo; e a dimensão jurídico-política expressos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O Código de Ética de 1993, vigente atualmente, respalda uma direção social estratégica para a profissão. Este é um dos elementos constituintes do Projeto Ético Político e certamente não fora formulado instantaneamente. Alterando o Código de Ética de 1986, por necessidade de adequação as transformações

²³ A Portaria 35, de 19.4.49, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio enquadra o Serviço Social no 14º grupo de profissões liberais. (rodapé 12 lamamoto e carvalho, 2009; 80)

ocorridas na sociedade, o Código de e Ética revisado reafirma o projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora e firma compromisso com valores e princípios no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa. Com relação a resolução que institui o Código de Ética Koike sustenta,

A Resolução CFESS n. 273, de 13/03/1993, mais que um instrumento de normatização, assenta as bases da direção social da profissão que elege a liberdade como valor central, o trabalho como fundante do ser social, a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de idéias e de práticas na profissão e na sociedade. (KOIKE, 2009, p. 12)

Contribuindo ainda mais com a fundamentação da profissão os organismos representativos do Serviço Social, frente às configurações da sociedade, realizam na década de 1990 uma reforma curricular do ensino em Serviço Social visando uma melhor capacitação teórica metodológica que dessem condições de embasar o ensino, a pesquisa e a prática profissional. As considerações sobre a realidade contemporânea levaram a conclusão de que a análise da sociedade brasileira deve ser “base para a definição” das diretrizes fundamentais da formação profissional considerando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho o qual se pauta no conhecimento da realidade e atua na construção e execução de políticas sociais públicas além de atuar em instâncias privadas pautados nas condições expressas. (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS, à época, com ampla participação e seguro apoio do conjunto CFESS/CRESS, da ENESSO e de uma equipe de consultores foi elaborado um novo Currículo Mínimo, aprovado em 8/11/1996, em assembléia geral das unidades formadoras da graduação e pós-graduação. (KOIKE, 2009, p. 14).

A formação do Serviço Social, portanto, desde então assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20/12/1996, regula o projeto pedagógico dos cursos de graduação em Serviço Social segundo as diretrizes curriculares. A profissão, desde 1993 sob respaldo da “*Lei n. 8.662, de regulamentação da profissão, definindo competências e atribuições privativas do*

assistente social que representam tanto “uma defesa da profissão na sociedade” como “um guia para a formação acadêmico-profissional”. (KOIKE, 2009, p. 13).

Esforços e conquistas obtidas são colocados em xeque na cena contemporânea com o ensino sendo massificado/democratizado sob conduta da acumulação flexível e com a onda do mercantilismo inerente do modelo neoliberal remetendo a privatizações que sobre a mesma lógica expandiu ao ensino superior privado além de emergir em vista o Ensino a Distância (EaD). A administração do ensino – instituições - com objetivos revertidos para o lucro obscurece a origem do significado “ensino de qualidade” para valorizar números que garantam a lucratividade. De acordo com Koike,

Para a universidade, a concepção de autonomia, entendida como liberdade acadêmica para produzir conhecimento com destinação social universal, transmuda-se em autonomia financeira. Coagida a gerar seu próprio financiamento, a universidade pública passa a disputar recursos no mercado como qualquer empresa. (2009, p. 6)

Dessa forma, isso é tido como mais um desafio para aqueles que sustentam a proposta de um projeto fundado no humanismo os chamando coletivamente a realizar,

[...] um criterioso debate e acompanhamento da expansão do ensino superior no Serviço Social e de sua distribuição territorial; o cumprimento das exigências legais do estágio supervisionado no ensino a distância; o conhecimento das entidades mantenedoras responsáveis pela expansão das instituições de ensino superior privadas e os interesses que veiculam; a denúncia da desqualificação da formação universitária e de suas repercussões na prestação de serviços de qualidade à população no âmbito dos direitos sociais; o aprofundamento do debate sobre as formas de regular a autorização do exercício profissional, pelos órgãos competentes, ante a crescente formação graduada massiva decorrente da expansão acelerada da educação superior como “negócio” do capital, com perda crescente de qualidade e com graves implicações na vida dos segmentos de classe atendidos pelo assistente social e na defesa de seus direitos. (IAMAMOTO, 2009)

Salienta a autora que a fragilização do ensino ao qual remete os apontamentos, consiste obviamente na debilidade da atuação profissional. Este estando inseguro quanto às propostas das diretrizes da profissão não pode ser

capaz de potencializar a autonomia profissional frente às relações de poder e demais situações as quais se depara nos espaços sociocupacionais.

O Serviço Social ao se consolidar na sociedade capitalista acumulou uma bagagem teórica ao longo do processo histórico que permitiu a profissão o desenvolvimento de uma postura e um olhar crítico a cerca das questões sociais. Para tanto, são pautados nas três dimensões: do conhecimento, política e técnica. Um desafio colocado aos profissionais é transitar da bagagem teórica para a realidade fazendo com que estas dimensões se articulem entre si a fim de não ser um profissional com perfil teoricista, politicista ou tecnicista. (IAMAMOTO, 2012). Apenas um profissional versado em todas as dimensões que embasam a profissão pode ser capaz de fazer uma leitura correta da realidade e assim propor novas formas de enfrentamento e de estratégias de trabalho que sejam possíveis de buscar a efetivação e consolidação do Projeto Ético Político.

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano; (IAMAMOTO, 2009, p. 29).

CAPITULO II – OS ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social ao ser reconhecido como profissão socialmente necessária na divisão social e técnica do trabalho, inaugurou em organizações estatais empresariais ou do terceiro setor, práticas profissionais que vieram a intervir direta ou indiretamente nos processos de produção, gestão e consumo da força de trabalho. (MOTA, 2006). Essa condição revela que o Serviço Social tem um vasto campo de atuação, podendo interferir diretamente no processo de produção do capital, em organizações com interesse único e exclusivamente de lucro, como pode trabalhar em organizações que visam interesses públicos. De fato

Tanto nos processos de trabalho organizados pelos aparelhos de Estado, na órbita da prestação de serviços sociais, quanto nas ONGs, *os produtos ou serviços produzidos não estão submetidos à razão do capital – que é privada, expressa na busca incessante da lucratividade*, isto é, da produtividade e da rentabilidade do capital inicialmente investido. Encontra-se, sim, submetidos à *razão do Estado, que é sociopolítica, voltada para a coletividade, para o atendimento de fins públicos*, o que não implica desconhecer que o Estado representa a condensação de forças presente na sociedade, dispondo de um nítido caráter de classe. (ABESS, 1997, p.103)

Os espaços ocupacionais do Serviço Social, contudo, são susceptíveis as transformações/reestruturações produtivas e financeiras que modificam toda a estrutura do sistema. Há, portanto, a necessidade de não se fazer uma leitura endógena da profissão, e sim para além de dela mesma, a fim de compreender o movimento que determina a característica dos espaços e da profissão em dias atuais.

A profissão se constrói sustentada na contradição entre quem paga e quem demanda dos serviços. Torna-se ainda mais complexa e desafiadora ao construir um Projeto Ético-Político que propõe o fim da exploração, o qual tem como princípio central a liberdade. O fato é que a medida que os espaços sócio-ocupacionais se alteram, o Serviço Social se redefine como propositor de nova ordem societária, deve e portanto desvelar as contradições que permeiam a prática profissional assim como as possibilidades e os desafios encontrados para

efetivar/consolidar o projeto profissional nos espaços que atua a categoria profissional.

2.1 - A organização capitalista e as relações sociais a partir do século XX: os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social

Para identificar e compreender os espaços sócio-ocupacionais que vieram a ser ambiente de atuação dos profissionais de Serviço Social– e as possibilidades de efetivação e consolidação do Projeto Ético Político nesses espaços - deve-se ter claro o processo histórico social, político e econômico que requereu a necessidade de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, e assim nos espaços sócio-ocupacionais, os quais se alteram e ampliam-se ao longo do movimento dos atores e das relações sociais. Para essa compreensão será analisando as configurações históricas que permeiam toda estrutura social a fim de apropriá-las nas configurações atuais.

Nesse sentido, será realiza da uma breve análise dos processos de acumulação e relações/condições de trabalho na sociedade capitalista a partir do século XX quando gradativamente a industrialização se desenvolve sobre o amparo da modernização dos meios de produção. Denota-se a partir de então o aprofundamento da exploração do trabalho e conseqüentemente da acumulação do capital alterando estruturalmente a forma de organização da sociedade podendo-se observar precarizações profundas sobre as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, a intensificação da desigualdade social e a organização dos trabalhadores. (HARVEY, 1993).

Os distintos momentos da organização capitalista denotam que as expressões da questão social requerem mediações que estabeleçam a minimização das precarizações oriundas desse sistema em suas diferentes configurações, que se apresentam sobre crise solicitando estratégias de reestruturação produtiva e do capital para a superação. Considerando a organização do sistema capitalista, suas crises e estratégias de reestruturação e as transformações ocorridas no âmbito da produção/trabalho que remete ao aprofundamento da questão social característico

do processo de industrialização do século XX sobre base fordista²⁴, as respostas passaram a ser dadas sobre orientação da teoria econômica Keynesiana²⁵ e sobre as bases do Estado de Bem Estar Social - propiciando a expansão de direitos sociais e trabalhistas²⁶. (ANTUNES, 2000).

Nesse sentido, a organização capitalista remete ao Estado, através de suas instituições representativas, a intervenção e mediações entre as classes. O Estado sugere, portanto, medidas e oferta de proteção/seguridade social através de políticas que dessem conta de responder minimamente as mazelas e riscos sociais resultantes do processo supracitado, garantindo a continuidade da acumulação através da produção e reprodução social capitalista. Os programas e serviços oferecidos através das políticas sociais são pagos e financiados pelos próprios trabalhadores. Faleiros resgata o momento inicial em que se aplicaram medidas de proteção social,

[...] no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), consagrou certos direitos trabalhistas e previdenciários, mas só ao final da Segunda Guerra (1939-1945) é que se generalizou o sistema de proteção social ao indivíduo nas ocasiões em que perdesse sua fonte de renda, exige-se uma suplementação temporária ou se preparasse para ingressar no mercado de trabalho, como é o caso do seguro-desemprego, do salário-família e da formação profissional. Esse sistema de seguridade social garante serviços e benefícios do Estado ao cidadão, desde seu nascimento até sua morte, a partir de contribuições específicas em lei. (FALEIROS, 1991, p. 19-20)

Portanto, a proposição do enfrentamento da questão social no contexto da intervenção do Estado na regulação das relações entre propriedade privada e trabalho requereu a elaboração de regulamentação jurídica para o mercado de trabalho – legislação social e trabalhista – assim como a gestão e organização de

²⁴ Sistema de produção em massa com linhas de montagem sobre esteiras rolantes revolucionando a produção e o consumo caracterizando a organização e gestão do processo de trabalho.

²⁵ A orientação Keynesiana remete a intervenção do Estado na vida econômica e social sobre um regime de pleno emprego e padrão salarial baseado no modelo inglês beveridgiano (1942) que propõe seguridade universal e luta contra a pobreza.

²⁶ Resgata-se a expressão de proteção social contributiva no século XIX quando os serviços sociais se pautavam no seguro social previdenciário baseado no modelo alemão (1883) Bismarckiano.

prestação de serviços sociais a classe trabalhadora²⁷. Destarte, com a centralização e racionalização dos serviços assistenciais, exigiu-se profissionais especialmente qualificados afirmando-se como especialização do trabalho coletivo. (IAMAMOTO, 2009).

Nesse sentido, saturado o caráter de enfrentamento assistencialista e repressivo emerge padrões para operar “*segundo parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista*” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 77). Nesse contexto, inserem-se as instituições assistenciais profissionais de Serviço Social para atuar com a questão social, ainda que nesse momento a categoria dos Assistentes Sociais tivesse sua identidade dada à categoria, posta pelo empregador. Contudo, deve-se salientar que a proteção social, a qual solicita benefícios, de forma alguma pode ser colocada sem que com ela seja mencionada a luta que a classe subalterna/trabalhadora enfrentou em todo processo histórico na pressão por melhores condições de trabalho e de sobrevivência. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Frente a essa conjuntura, *o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem as necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social.* (IAMAMOTO, 2012 p. 24) O profissional de Serviço Social tem nas agências/instituições do Estado o espaço sócio-ocupacional que veio a ser o maior campo de atuação profissional – até dias atuais - juntamente com outras categorias profissionais. Porém, a profissão passa a ser requerida também por empresas privadas de cunho produtivo que prestam serviços sociais. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

No Brasil, os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social inauguram paralelamente a difusão/propagação da industrialização pesada na primeira metade

²⁷ Ao referir-se à classe trabalhadora, engloba-se aí tanto a parcela dessa classe diretamente inserida no mercado de trabalho, como aquele excedente para as necessidades médias de exploração do capital: o exército industrial de reserva. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 78).

do século XX – portanto, em um contexto de aprofundamento da exploração da classe trabalhadora e da desigualdade social - diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Em menor dimensão inaugura também em empresas privadas produtivas prestadoras de serviços sociais – ou salários indiretos - aos trabalhadores e/ou a população.

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, *não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional.* (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 79)

De qualquer forma, de acordo com o que afirma Iamamoto e Carvalho (2009, p. 40) *o trabalhador trabalha sobre controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho.* Dessa forma sendo tanto empregadores privados quanto públicos, a questão é que o profissional de Serviço Social na condição de venda de sua força de trabalho por salário se encontra no dever de prestar o seu serviço qualificado²⁸. Para tanto, deve-se ter a disposição meios e instrumentos de trabalho que possibilitem a concretização das ações,

[...] devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional. (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Marx e Engels (2007) colocam a relação do trabalho com a propriedade privada de modo a compreender essa relação desde sua gênese, portanto,

²⁸ [...] “o assistente social afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada com organismos empregadores, estatais ou privados. Sendo os assistentes sociais proprietários de sua força de trabalho qualificada, não dispõe, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhe são fornecidos pelas entidades empregadoras. Caso dispusesse de todas as condições necessárias para acionar sua força de trabalho transformando-a em trabalho, venderia certamente os serviços ou produtos de seu trabalho e não a sua capacidade de trabalho, afirmando-se então como um profissional liberal”. (ABESS, 1997, p. 96).

Por meio da divisão do trabalho, já está dada desde o princípio a divisão das *condições* de trabalho, das ferramentas e dos materiais, o que gera a fragmentação do capital acumulado em diversos proprietários e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, assim como as diferentes formas de propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho e a acumulação aumenta, tanto mais aguda se torna essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação. (MARX E ENGLS, 2007, p. 72)

A partir da década de 1970, a acumulação taylorista/fordista passa a enfrentar forte crise estrutural e os padrões internacionais de acumulação encontram no Toyotismo, com orientação neoliberal, a possibilidade de reestruturação do padrão de acumulação, ou seja, de reorganização do capital. Para isso novos padrões de dominação emergiram, intensificam-se as *privatizações do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] afetando fortemente o mundo do trabalho.* (ANTUNES, 2000, p. 33-38).

Com o esgotamento dos padrões até então vigente - que marcaram o processo de trabalho com uma profunda massificação e sociabilização de trabalhadores que encontraram nesse espaço uma nova consciência de classe e forma de articulação - foi indispensável e fundamental que a emergente forma de acumulação do capital – toyotista – articulasse meios de dominação societária. Para tanto, impõe a exploração para além da força física se apropriando também da capacidade subjetiva do trabalhador remetendo a este a exploração da sua subjetividade e capacidade organizativa sugando todas as capacidades de gerar lucro além de evitar que a consciência coletiva dos trabalhadores ameace a estrutura capitalista. Tal fato é possível de ser evidenciado se considerarmos as exigências da atualidade que busca profissionais polivalentes e estimula ao individualismo além de buscar constantemente a desarticulação de organizações e movimentos sociais. (ANTUNES, 2000).

2.2 – A reestruturação do capital e as transformações no mercado de trabalho e nas relações sociais capitalista.

O regime político produtivo japonês, toyotista, com o advento da era flexível demarca o tempo de um novo tipo de poder onde a concentração acontece sem a necessidade de centralização²⁹. A flexibilização remete estar aberto a mudanças e ser adaptável a circunstâncias variáveis, o sistema se torna fragmentado e padronizado em uma lógica de reduzir e reestruturar que leva a redução de empregos. *A redução tem tido uma relação direta com a crescente desigualdade, uma vez que só uma minoria dos trabalhadores espremidos para fora encontrou outro trabalho com os mesmos salários ou maiores.* (SENNETT, 2004, p. 56).

A produtividade do trabalho aumenta intermediada pelo uso de novas tecnologias e novas formas de consumo, seja de produtos ou da força de trabalho. Enfatiza-se um discurso de “qualidade total” dos produtos enquanto as condições da classe trabalhadora são precarizadas pelo desemprego estrutural, terceirizações, precarizações do trabalho e dos vínculos empregatícios. Segundo Mota 2006,

Essas mudanças – seja em termos de ajuste, seja em termos de reestruturação industrial - determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital. (MOTA, 2006, p. 29).

A flexibilização acentua a competitividade e busca capturar a subjetividade do indivíduo, [...] *“busca capturar o corpo e a alma do indivíduo”* (IAMAMOTO, 2012, p. 48). Os incentivos a criatividade e a tática de colocar o assalariado como colaborador das empresas, coloca este na condição de autocontrole mesmo porque pode ser gratificado/bonificado pelo seu desempenho quando satisfatório ao lucro da instituição empregadora. As formas de contratos temporários, terceirizados, aumento considerável de autônomos e os acordos realizados entre empregadores e sindicatos desmobilizam a classe trabalhadora das lutas coletivas.

²⁹ “as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro do seu espaço produtivo”. (ANTUNES, 2000, P. 56-57)

O sistema capitalista, nas configurações atuais de reestruturação produtiva, tende a firmar os processos de ajuste amparados no neoliberalismo como necessidade do capital. *O neoliberalismo como ideário econômico e político, é expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica.* (MOTA, 2006, p. 30)

A radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

Os ajustes e reformas necessários a efetivação do ideário neoliberal redireciona a intervenção do Estado nas relações entre este, o mercado e a sociedade. O papel do Estado passa a ser reduzido na área das políticas de proteção social e essa responsabilidade é direcionada a sociedade civil e as empresas que são cobradas a responsabilidade social. As instituições que formulam e executam políticas sociais são instrumentos importantes de transformação social e efetivação dos direitos de cidadania. Dessa forma,

Quando as instituições democráticas formais *fazem diferença* na formação e representação de identidades e interesses coletivos (ou seja, quando funcionam para *todos* – inclusive por meio de arranjos pluralistas – e não apenas para uma parcela limitada dos setores potencialmente relevantes da sociedade), temos de fato uma democracia. Do contrário, se as instituições políticas formais não funcionam como pontos decisórios importantes (isto é, caso elas não façam diferença nos fluxos de influência, pressão e tomada de decisões públicas), a democracia padece. (RODRIGUES, 2010, p, 62).

Diante da colocação da autora, e da realidade brasileira dos espaços públicos de assistência social, onde as políticas sociais são focalistas, celetistas e de combate a pobreza (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007), logo se evidencia um ponto importante de impasse e desafio aos trabalhadores de Serviço Social que se comprometidos com o Projeto Ético Político provavelmente trarão um posicionamento de enfrentamento das condições postas nas instituições que se

consideradas a partir da afirmação de Rodrigues 2010, não são espaços de fato democráticos.

A Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil atualmente afirma o país como um Estado democrático de direitos sociais, civis e políticos e trás no tripé da seguridade social a saúde, a assistência e a previdência social como direito dos cidadãos, fora incorporada princípios de seguridade social dos dois modelos de gestão, o Bismarckiano – seguro contributivo para trabalhadores - e o Beveridgiano – seguridade universal - A responsabilidade social é colocada na Constituição Federal de 1988 como dever de todos. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007)

Com a promulgação da Constituição de 1988 é preservado e ampliado algumas conquistas no campo dos direitos sociais, institui-se os Conselhos de Políticas e de Direitos além de prevê a descentralização e a municipalização das políticas sociais. Para lamamoto (2012) esses fatores podem possibilitar a expansão da democracia, por outro lado, o reforço do poder local pode reforçar o populismo e os interesses particulares.

Na esfera sócio-ocupacional, a Constituição Cidadã de 1988, ao estabelecer o direito às políticas sociais, em especial à seguridade social, contribuiu para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais em função do desdobramento da rede sócio-assistencial e da criação de programas de atendimento a diversos segmentos da população. O espaço ocupacional ampliou-se também com atividades voltadas para implantação, orientação e representação em Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos, organização e mobilização popular, elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, ampliação e interiorização dos cursos de Serviço Social; além de assessoria e consultoria e requisições no campo da pesquisa. (IAMAMOTO, 2009).

A partir da década de 1990 com o fenômeno da abertura comercial e financeira da economia globalizada, ocorre a intensificação neoliberal no Brasil demarcando a padronização da gestão do capital com incentivo a privatização, focalização e descentralização.

A vitória, implementação e consolidação do neoliberalismo a partir dos anos 1990 passaram a colocarem questão, primeiramente, a ampliação dos direitos inseridos na nova Constituição, e posteriormente, todo e qualquer direito – sempre em nome de ajustes

fiscais (déficit público) e monetários (combate a inflação). (DRUCK E FIGUEIRA, 2007, p. 28).

Os assistentes sociais não estão isentos as condições posta à classe trabalhadora – nem poderiam estar sendo a própria classe trabalhadora - com o advento da orientação neoliberal adotada pela gestão do Brasil.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2011, p. 420-437)

Os profissionais que intervêm direta ou indiretamente nos processos de produção, gestão e consumo da força de trabalho são submetidos a integrar os espaços precarizados, setorializados de atendimento focalista a segmentos ou parcelas empobrecidas e marginalizadas da sociedade fazendo um desmonte da realidade macrossocial. As organizações não governamentais e privadas passam a requerer o trabalho do assistente social, esses espaços são cada vez mais alargados a categoria profissional.

Iamamoto analisa dados de pesquisa de 2004 a qual aponta os espaços mais ocupados por assistentes sociais no Brasil sendo majoritariamente no espaço público atuando *predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras*. (IAMAMOTO, 2009, p.5). O segundo maior empregador são empresas privadas seguido do “Terceiro Setor” - em Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”. O principal tipo de vínculo apontado é o de estatutário, prevalente em todas as regiões. Seguem os contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); os contratos temporários e serviços prestados.

Aos profissionais cabe fazer a distinção entre demandas institucionais e comprometimento profissional para que suas ações não se tornem meramente técnica burocratizadoras das políticas sociais.

Orientar o trabalhador nos rumos aludidos requisita um perfil de profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competências teórico-metodológica na teoria crítica, em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos aliados á pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2009, p. 32-33).

Novas possibilidades emergem com as transformações societárias e precisam ser trabalhadas exigindo dos profissionais atenção as novas exigências para que possam ocupar os espaços de atuação. As exigências atuais nos espaços sócio-ocupacionais incluem o avanço tecnológico. O profissional deve ser versátil e dominar os meios tecnológicos para ocupar esses espaços, ao contrário, pode ser mais um excluído do mercado de trabalho com poucas chances de retorno. (IAMAMOTO, 2012)

A consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social na década de 1990 explicita o perfil que o profissional deve ter não sendo esse compatível com os interesses da burguesia e do empresariado. Dessa forma, os espaços sócio-ocupacionais dos profissionais do Serviço Social pode ser palco de resistência e desafio a categoria que luta acima de tudo por direitos humanos. As apresentações conjunturais expostas evidenciam nas expressões da questão social a necessidade de profissionais competentes e seguros que formulem e executem políticas que sejam capazes de abarcar a complexa forma de organização social recente de modo a revelar as condições implícitas da organização capitalista atual.

Rachelis (2011) faz um chamamento para a importância de que seja realizado maior número de estudos e pesquisas direcionados as condições

cotidianas de trabalho do profissional de Serviço Social, ao desgaste provocado pelo trabalho e a violação dos direitos que sofrem nos espaços sócio-ocupacionais. A autora coloca que o cotidiano do Assistente Social, exposto as mais diversas expressões da questão social pode causar conflitos internos, desgastes e adoecimentos físicos e mentais frente ao seu posicionamento Ético-Político que muitas vezes são impedidos de ser promovidos, seja por qualquer empecilho encontrado nas áreas de atuação.

CAPITULO III –EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO- POLITICO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS.

As transformações sociais observadas no processo histórico do sistema capitalista evidenciam que estas se dão especialmente pelas reestruturações ocorridas nos processos produtivos e financeiros readaptados periodicamente para superar as crises e elevar as taxas de lucro. O Serviço Social, ao atuar na mediação das relações entre as classes, é requerido para elaborar políticas sociais que levem a minimização das consequências negativas geradas pelos ajustes produtivos que pouco ou nada trás de benefícios a classe trabalhadora, ao contrário como podemos observar nos capítulos anteriores, as medidas tomadas pelo capital buscam privilegiar cada vez mais a classe burguesa aumentando a concentração de renda e a desigualdade social.

Os espaços Sócio-Ocupacionais dos profissionais de Serviço Social também são alterados demandando novas estratégias de enfrentamento e acentua a ampliação desses espaços para além da esfera estatal, sendo chamado com freqüência a prestarem serviços em organismos privados e instituições do terceiro setor. (IAMAMOTO, 2009).

A alteração produtiva altera também o perfil do profissional do Serviço Social, que através de uma leitura crítica da realidade se posicionou ao lado da classe trabalhadora firmando compromisso com a emancipação dos trabalhadores propondo o fim da exploração inerente à divisão de classe da sociedade capitalista. Esse princípio é expresso no Projeto Ético Político do Serviço Social formulado ao longo do movimento da classe, consolidado na década de 1990 materializado no Código de Ética profissional de 1993, nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996, e na Lei que regulamenta a profissão – Lei nº8.662, de 7 de junho de 1993 a qual dispõe sobre a profissão de Assistente Social. (NETTO, 1999)

Considerando que Carvalho e lamamoto (2009) colocam que o trabalhador atua sobre o controle do capitalista quem paga seu trabalho, levanta-se a indagação sobre as possibilidades e desafios encontrado para efetivação do Projeto Ético Político nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Ainda mais se considerarmos o apontamento de lamamoto em “Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado” onde trás elementos da crítica neoliberal a qual sustenta que,

O gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas funções, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 149)

3.1 - Possibilidades e desafios para efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos espaços sociocupacionais do município de Ivaiporã - PR.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2009, PG. 4)

Buscando revelar as possibilidades e desafios encontrados para a efetivação do Projeto Ético- Político do Serviço Social nos espaços sociocupacionais do município de Ivaiporã, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevista com roteiro de questões. As entrevistas aconteceram no mês de Abril do ano de 2014. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa *trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes*. (MINAYO, 2007, p. 21)

Visando conhecer a realidade dos espaços sociocupacionais do município de Ivaiporã de forma a verificar as possibilidades e os desafios para a efetivação do Projeto Ético-Político nos espaços de atuação dos profissionais de Serviço Social, foram abarcadas as esferas: pública - com entrevista a dois profissionais da esfera, os espaços são diferenciados pelo setor, sendo um contributivo, e outro, não contributivo – esfera privada e do terceiro setor para a realização da pesquisa com um profissional de Serviço Social de cada área aludida os quais serão tratados aqui como: profissional “A”; profissional “B”; profissional “C”. A forma de tratamento

preserva as identidades com o objetivo de manter a ética e o sigilo buscando não expor os profissionais entrevistados. A escolha dos espaços sociocupacionais em questão se deu por acreditar que são os espaços que mais empregam os Assistentes Sociais atualmente.

Ressalta que não foi possível entrevistar o profissional do setor privado pelo fato de que a instituição selecionada - empresa nacional consolidada como socialmente responsável – realiza a modalidade de Plantão Social³⁰ pontual para atendimento aos funcionários e seus dependentes, sendo este um atendimento ao qual a profissional realiza os atendimentos apenas uma semana por mês com carga horária de 30 horas semanal. Em contato via telefone com a profissional de Serviço Social da empresa, a qual reside em outro estado e atende a unidade de Ivaiporã, fez-se relatado que esta avalia o Plantão Social como instrumento importante, capaz de alcançar resultados satisfatórios uma vez que se conta com ferramentas virtuais de tecnologia avançada, que mesmo não estando em tempo integral de forma presencial, consegue realizar acompanhamentos iniciados aos funcionários e aos dependentes.

Contudo, como analisado por Raichelis:

[...] por mais que seja imprescindível a incorporação das novas tecnologias de informação, é preciso problematizar os efeitos dessa revolução tecnológica no trabalho do Serviço Social e na relação dos assistentes sociais com os usuários e a população, via de regra, mediada pelo computador nos espaços de atendimento profissional [...] é possível constatar o crescimento de um tipo de demanda dirigida aos assistentes sociais em diferentes áreas, que afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático. Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares

³⁰ Segundo Vasconcelos (2006a, p. 249-250 apud Monteiro, 2010), o plantão não é planejado, sistematizado nem avaliado nas suas consequências; assim, não conta com quantificação estatística dos atendimentos, objetivando conhecer a variação da demanda, as solicitações por serviços e recursos materiais e a própria utilização do Serviço Social e dos serviços da unidade, conseqüentemente, não conta com observação, análise e avaliação sistemática de seu processo. [...] constitui-se em ações imediatas, isoladas e assistemáticas, que promovem encaminhamentos, orientações, aconselhamentos, e apoio sobre a(s) doença(s), ações com um fim em si mesmo, na medida em que, não estão articuladas a programas e projetos que atinjam e/ou absorvam os usuários de forma sistemática e continuada, no sentido de oferecer suporte contínuo às demandas explícitas, mas principalmente às demandas implícitas por promoção e proteção da saúde e prevenção de doenças, danos, agravos e riscos.

em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória. (2011, p. 433)

A profissional informou ainda que o trabalho prestado é organizado no departamento de saúde da empresa que conta com uma equipe multidisciplinar de assistente social, psicólogo, médico, enfermeiro, técnico de segurança do trabalho. O Serviço Social contribui com o olhar do primeiro atendimento observando questões internas dos funcionários e dependentes além de cuidar de benefícios. Com relação a responsabilidade social da empresa, as ações são realizadas em outro departamento.

As demais profissionais entrevistadas “A”, “B”, e “C”, atuam nos setores: público e terceiro setor são do sexo feminino com idade superior a trinta anos e atuam nos espaços ocupacionais a mais de quatro anos e menos de oito. Todas são formadas em instituições públicas, no entanto em momentos históricos distintos. Todas as profissionais entrevistadas concluíram especialização sendo “A” na área da criança e do adolescente, tendo também realizado mestrado em ciências sociais. A profissional “B” possui especialização em educação especial e a profissional “C” optou pela área do Serviço Social com famílias.

Com relação a profissional “A”, esta concluiu a graduação no ano de 1992, portanto, anterior ao Código de Ética de 1993, a lei nº8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e anterior a reformulação do Currículo de 1996 (Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social). Todavia, vivenciou todo período de discussão e movimento de renovação da profissão. Como colocado pela profissional *“Eu me formei no currículo anterior ainda, então era muito diferente. Claro que já existiam essas discussões todas [...] então é, houve claro, todo um processo que levou a esse Projeto Ético - Político.”* (PROFISSIONAL “A”)

Raichelis (2011), aponta inúmeras condições postas pela flexibilização e precarização que afeta o trabalho do assistente social, seja pela insegurança do emprego, seja pelas formas de contratação ou mesmo pela intensificação do trabalho. Um fala de uma das entrevistadas revela isso quando a mesma coloca que *[...] o acumulo mesmo de tarefas [...] acaba que você tendo uma sobrecarga [...]* (B).

Assim, os baixos salários, a pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos são apontamentos sentidos pelos entrevistados, que colocam em questão suas condições de trabalho. Explicita-se tal elemento quando se coloca:

[...] há uma cobrança intensa sobre todas as áreas de trabalho dos Assistentes Sociais [...] atingimento das metas quantitativas da instituição, sem contar que um fator muito grave é que, na instituição os salários de qualquer trabalhador é atrelado ao cumprimento de metas, e o não cumprimento de metas prejudica toda uma região, prejudica é..., mais de seiscentos, setecentos servidores [...] então isso acaba restringindo bastante (A)

Outra grande discussão que se presencia atualmente com a orientação neoliberal é a questão dos vínculos empregatícios que foram, em suma, revertidos a contratações temporárias e terceirizações, o que não assegura aos trabalhadores seus direitos, além de limitar sua autonomia por insegurança. (IAMAMOTO, ANO) Enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho é também o Serviço Social sujeito a subcontratações, no entanto, este não é o caso das profissionais entrevistadas, já que duas possuem vínculo trabalhista estatutário e uma contratada através de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Sob a leitura das profissionais “B” e “C”, o tipo de vínculo empregatício não é fator determinante para a efetivação do Projeto Ético Político da profissão. Para tanto, disseram:

Eu sou contratada CLT [...] não tem a, tal da estabilidade [...], não é por que eu sou carteira de trabalho que eu não vou poder cumprir com aquilo que é ético, com aquilo que é profissional da nossa área (B).

[...] eu sou efetiva, sou concursada, eu acho que indiferente do vínculo institucional [...] se ele é concursado, se ele é comissionado ele tem que tá lutando pra efetivação do Projeto Ético Político, indiferente do vínculo acho que não é porque tem o vínculo de concursado que é determinante pra isso [...] o profissional tem que tá trabalhando dentro do que preconiza a profissão (C).

Esse posicionamento, entretanto, não foi consensual entre as entrevistadas, mesmo sendo concursada a profissional “A” colocou algumas dificuldades encontradas para a efetivação do Projeto Ético-Político dentro da instituição, colocou ainda que percebe a existência da correlação de forças no espaço de trabalho, quando diz:

O vínculo é, aqui ao ingresso a instituição é concurso público né, então não há aparentemente uma pressão no sentido de que, é..., o

profissional efetive determinadas ações, mas isso aparentemente,[...] o Serviço Social ele não fica, ele não é, claro que autônomo em nem uma instituição não tem como ter essa autonomia total né, uma correlação de forças constante, mas devido esse modelo gerencial acaba acontecendo que há uma cobrança intensa sobre todas as áreas de trabalho dos Assistentes Sociais [...] (A).

Essa correlação de força existente no espaço sócio-ocupacional colocado pela entrevistada “A” é verificada por Iamamoto (2009) ao referir-se à condição do estatuto do assalariado dos profissionais onde quem contrata o serviço quase sempre não tem os mesmos interesses do profissional que vende seus serviços.

Dessa forma, vive-se uma correlação de forças que coloca o Assistente Social na condição de constante busca por estratégias voltadas a efetivação do Projeto da categoria. Portanto, a profissional “A” coloca a estratégia tida como fundamental para a efetivação do Projeto Ético-Político:

[...] pra efetivação do Projeto Ético Político na verdade eu considero que primeiramente [...] os profissionais do Serviço Social têm que ter clareza do que é o Projeto Ético Político [...], as estratégias para a efetivação é conhecer principalmente o Projeto Ético Político [...] Então uma das estratégias é esse processo de formação e estudo constante [...] (A).

A profissional “B” não vê no seu espaço sócio-ocupacional uma correlação de força que possa prejudicar a efetivação do projeto profissional, porém, acredita que

“[...] tudo aquilo que você for trabalhar você tem que levar em consideração o Projeto Ético Político né, você não pode fazer aquilo que não tá [...] no seu Código de Ética é, todas as ações têm que estar respaldadas ali no projeto”. (B).

Em contrapartida, a profissional “A” não encontra em seu espaço de trabalho a mesma facilidade tendo em vista que, para a ela:

A instituição, ela é extremamente hierárquica, rígida e, é em muitos momentos até eu diria opressora [...] qualquer profissional que tá na instituição tem um, um caminho muito rígido sem espaço para criação, sem espaço para o pensar. Aqui não é um espaço em que o

profissional é pago para pensar. O profissional é pago para trabalhar! E a instituição trabalha é, com um sistema de, de privilegiar totalmente o quantitativo e nunca o qualitativo. Trabalha com o modelo gerencial de atingimentos de metas, cumprimentos de metas então isso acaba é, praticamente reduzindo a atividade do profissional (A).

O espaço sócio ocupacional ao qual se insere a profissional “A” tem características que expressam claramente o modelo de gestão proposta pelo Toyotismo, tratado nos capítulos anteriores, que apesar de ter um discurso de qualidade total, privilegia números e assim como colocou Antunes (2000) não dá condições para que o profissional reflita podendo ser considerado essa colocação como a captura da subjetividade observada pelo autor. A instituição limita a reflexão individual ou coletiva dos profissionais dificultando a organização dos trabalhadores, a entrevistada mais uma vez traz elementos que confirmam esse tolhimento, quando afirma:

Eu participo de cursos ocasionalmente porque a instituição também não privilegia a participação em eventos, é muito complexo aqui sair para um evento [...] o profissional depois tem que repor as horas que participa de qualquer evento (A).

As instâncias de participação organizativas e política são espaços importantes para a categoria profissional que pode estar ocupando esses lugares em contato com diversos segmentos da sociedade e através e/ou a partir destes fortalecer a proposição de ações e políticas voltadas à garantia dos direitos da população buscando democratizar os espaços públicos e propagar as possibilidades existentes.

Iamamoto (2009) coloca que o projeto profissional tem que ser fortalecido buscando profissionais de outras áreas que comungam dos mesmos princípios do projeto do Serviço Social para que juntos fortaleçam as possibilidades de materialização.

Com relação à participação em espaços políticos a profissional B relata

“Participo de conselhos. Conselho da assistência, da saúde e da criança e do adolescente” já a profissional C “Participo de conselhos da Assistência, Conselho dos direitos da criança, já participei do conselho do idoso que hoje não ta ativado, participo do FOREAS do NUCRESS”.

No entanto, a profissional “A” fez colocação consideráveis sobre a assiduidade em participação em conselhos colocando que:

[...] na verdade eu sempre participei muito de conselho, mas assim, hoje eu vejo que era mais em decorrência do espaço profissional em que eu ocupava [...] acaba saindo daquele espaço eu não participo (A).

Segundo Faleiros:

No contexto de fortalecimento do poder popular a luta pelos direitos sociais não se reduz ao conhecimento legal de um benefício, mas se traduz numa questão política mais ampla. A garantia dos direitos é um processo constante de enfrentamento e implica a luta pela garantia da comunicação entre os seres humanos, da organização, da liberdade de palavras, de opinião de religião (2011, p. 55).

Portanto, para além das correlações de força e limitações encontradas nos espaços sócio-ocupacionais, para que haja a possibilidade de efetivação do Projeto Ético-Político o profissional deve ter clareza de quais são as diretrizes que embasam sua profissão. Devem ter capacidades suficientes de enfrentamento propondo estratégias e sendo participativo e reflexivo. Sob o olhar da entrevistada:

A nossa Profissão ela é fundamentada numa é.. numa perspectiva critica né?! Então eu não, eu não tenho que escolher como trabalhar. Eu tenho que trabalhar de forma condizente com tudo isso que o Serviço Social veio atuando né. A.... qual é a dificuldade? É você defender a, os interesses da classe trabalhadora, você defender os direitos humanos, para pensar mais assim como um todo e, a instituição não busca isso do profissional, mas é um desafio né, é sempre uma correlação de forças. Claro que grande parte das vezes o profissional acaba é, se desgastando nessa relação, acaba não conseguindo atuar é.... como necessário mas é preciso, é preciso tentar né?! (A).

Com a explanação da profissional “A” é possível identificar o que Raichelis (2011) apontou como tensão nas relações de trabalho dos profissionais de Serviço Social causando um desgaste que pode ocasionar em adoecimentos físico e mental. Destarte, os espaços de atuação profissional aparecem como alvo de constante luta e formação de consciência crítica.

Assim, ao serem indagadas sobre a possibilidade de alcançar resultados articulados e/ou referendados pelo projeto Ético Político nos serviços prestados à população no espaço sócio-ocupacional a qual estão inseridas, as assistentes sociais demonstraram haver possibilidades de alcance do que é proposto.

[...] quando a gente pensa nos serviços prestados a população, quando a gente presta um serviço a população, esse serviço [...] uma simples ação, ela é permeada o tempo todo pela formação [...] profissional né?! O profissional que atua na perspectiva dos direitos, de reconhecimento de direitos do cidadão, ele tem uma prática condizente com isso, [...] “então é possível alcançar resultados? É possível! Qualquer prática ela vai ser pautada no Projeto Ético Político, desde que o profissional tenha esse compromisso (A).

Ainda sobre as possibilidades de se alcançar resultados positivos - de acordo com o projeto profissional - através dos serviços prestados no espaço sócio-ocupacional as profissionais “B’ e “C” acreditam ser possível, quando expressam “*Eu acho que sim, a questão da busca da autonomia, defesa de direitos*” (B), e ainda:

[...] se você trabalha dentro da, da legislação, dentro do que está definido como política de Assistência Social seguindo, não tem como fugir disso porque você trabalha seguindo o atendimento da população indiferente que seja o atendimento direto ou indireto (C).

Todavia, na busca da efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos espaços que podem se apresentar tensionados por conflitos, contudo, o profissional deve estar atento as condições postas na atualidade. Conhecer as demandas e o público atendido, além do processo histórico que levou a categoria a defender valores humanos que propõe para além de atendimentos focalizados de interesses institucionais que muitas vezes buscam profissionais meramente técnicos.

O profissional deve fazer essa reflexão e leitura sobre qual objetivo a instituição tem, quais são as intenções sobre o trabalho do profissional, e quais são os valores e posicionamento que o profissional deve ter sendo este parte de uma categoria profissional, que possui um projeto ético-político voltado para além do que buscam os espaços institucionais (IAMAMOTO, ANO).

Nessa perspectiva, e com contribuição da análise de uma das entrevistadas, quanto ao objetivo da instituição, a qual pertence é colocado que:

Na verdade a instituição, ela privilegia o..., a questão é operativa da profissão, os instrumentos operacionais. Ainda é, enxergam o Serviço Social mais como uma atividade pra, é, atuar resolver os problemas emergenciais do que o Serviço Social em uma concepção maior de, é, não só de uso de instrumentos e técnicas, então eu acho que o maior desafio é isso, ainda que a instituição tenha uma proposta e o discurso super inovador, bem atualizado com as questões que o Serviço Social tem discutido até no meio universitário, na prática não se efetiva, se espera-se do Serviço Social uma atuação meramente técnica (A).

Os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais em todas as instâncias, seja no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, seja em empresas privadas capitalistas, seja em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos ou na assessoria a organizações e movimentos sociais, “*contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem*” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

3.2. Serviço Social: a necessidade da apropriação profissional

Para lamamoto (2012) a descentralização e a municipalização das políticas sociais, instituída na Constituição Federal de 1988, pode ser fator que reforça o poder local e o populismo, além de interesses particulares. Nesse sentido, a profissional “C” ao colocar a relação entre saber profissional e poder institucional atenta que:

[...] esse poder institucional é a falta do conhecimento do que [...] é a política pública de Assistência Social que acaba ainda sendo vinculada a política partidária [...]. Então acho que isso entra como dificuldade, o que acaba dificultando a compreensão e a efetivação do Projeto Ético Político dentro [...] do que prevê toda legislação na área da Assistência Social (C).

Analisando a colocação de que a política pública de Assistência Social ainda é vinculada a política partidária, no espaço de realização do presente trabalho, e sendo essa colocada como uma correlação de força, a colocação de lamamoto (2012), pode indicar que o poder transferido ao município pode reforçar interesses

alheios aos direitos de cidadania, portanto, distinto do que propõe Projeto Ético-Político.

Nesse caso, o profissional deve se utilizar de mecanismos para a efetivação do projeto da categoria, que trabalha em prol a classe oprimida – leia-se trabalhadores. Contudo, desafios são vistos quando há uma confusão entre o que é a profissão e o que são os serviços demandados pelos espaços sociocupacionais³¹. Assim, a leitura da entrevistada revela uma fragilidade em diferenciar o que remete o projeto profissional e as especificidades dos segmentos setoriais.

[...] eu trabalho dentro do que preconiza a política de assistência social, dentro do [...] Código de Ética, dentro do que ta a legislação, que foi os avanços conseguidos com a luta do Projeto Ético Político. Então eu procuro trabalhar se orientando nisso pra não fugir do [...] que é a política de Assistência Social (C).

Apesar do conflito identificado na fala da profissional, pode-se entender que a colocação da mesma, remete-se ao que Iamamoto (2012) apontou sobre a categoria profissional, quando salienta esta ter um papel decisivo para assegurar e ampliar as conquistas obtidas pela classe trabalhadora como foi a política de assistência social.

Expressa-se, ainda, a importância de que a execução da política seja permeada pela ética profissional para que esta não abarque idealismo partidário de interesses alheios ao da classe trabalhadora e do perfil da política de assistência social que não se resume em assistencialismo. Sendo esse colocado como uma das dificuldades encontradas no espaço sócio ocupacional e que interfere na efetivação do Projeto Ético Político. De acordo com a entrevista:

[...] em relação a efetivação do projeto, no espaço em si, eu acho que a falta de entendimento ainda da maioria do pessoal da gestão ou da própria, da própria administração vamos dizer assim como ta ai no setor público, do próprio poder tanto executivo, legislativo, então ainda tem muita questão assim achando que é....que a assistência

³¹ Sabe-se que a dimensão política da profissão não se confunde com o partido político, pois se trata de uma categoria profissional cravejada por diferenças sociais e ideológicas. Não se identifica também com as *relações de poder entre governados e governantes*, ainda que o assistente social também possa exercer funções de governo; e nem o Serviço Social se confunde com a política social, esta uma atribuição do Estado e dos governos, sem menosprezar essa mediação essencial do trabalho profissional. É nesse sentido que se reclama a *autonomia do projeto profissional perante os partidos e os governos*. (IAMAMOTO, 2009. p. 28-29).

social não é uma política pública e sim é a questão do assistencialismo, da caridade. Então pra efetivação dentro do espaço eu acho que ainda, que esse é o maior, o maior problema, o maior desafio a ser enfrentado, a compreensão por parte da, de quem está envolvido com a política pública, o entendimento (C).

A leitura realizada revela o posicionamento do profissional frente aos desafios do projeto ético-político a partir da política de assistência social, na qual atua, colocando que esta é obscurecida pela não compreensão do espaço quanto efetivador de direitos. O apontamento expõe questões como dificultadoras do exercício profissional - e em consonância disso da efetivação do projeto Ético Político.

Verifica-se através da fala:

[...] dificuldade até acho que pra execução, pro trabalho em sim é o espaço físico né, por falta de um espaço próprio pro Assistente Social, próprio pro profissional [...] o que acaba atrapalhando a questão do barulho a questão de ter outras pessoas na mesma sala (C).

Em relação às condições ligadas a estrutura física, coloca-se em questão, a relativa autonomia que o profissional possui. Com o apontamento, pode-se considerar o que Faleiros (2011) assinala sobre os tipos de gerência com administração de *orçamento zero* sobre estratégia do capital para enxugamento de gastos público. Nesse caso observa-se no interior dos serviços, condições insuficientes para a realização de um atendimento de qualidade, que propicie condições básicas de trabalho, essenciais para a efetivação do projeto da categoria.

Diante dos apontamentos feitos pela profissional, e considerando as contribuições de Faleiros (2011) não se pode descartar uma possível tática de controle burocrático capaz de condicionar os profissionais aos interesses institucionais. Caso o profissional venha a se adaptar nessa lógica burocrática, “o cumprimento das normas burocráticas passa a ser a lógica do trabalho profissional e o objeto do profissional passa a ser, não o problema social, mas perturbação da ordem institucional” (2011, p. 61).

Atenta-se nessa conjuntura, que apenas a apropriação das produções de conhecimento- embasadas nas ciências sociais - acumuladas ao longo do processo

histórico possa contribuir para a superação dos desafios observados nos espaços analisados. Desta maneira, a propriedade das dimensões profissional permitiu ao Serviço Social que este assumisse uma postura crítica até a formulação do Projeto Ético-Político.

Por isso, a dimensão teórica e a produção de conhecimento devem acompanhar o profissional por toda sua trajetória de atuação nos espaços sócio-ocupacionais para que a atividade profissional não seja descaracterizada das propostas que a profissão apresenta.

O constante movimento da sociedade, das relações sociais políticas e econômicas demandam que o profissional esteja sempre em busca do conhecimento e de atualizações para que não se distancie das produções que a categoria tem desenvolvido, e para que seja um profissional investigativo e produtor de conhecimento no interior da profissão. Concordando com o apontado a profissional acredita que:

[...] o profissional com o passar dos anos vai se distanciando dessa discussão teórica né, vai se envolvendo nas ações cotidianas [...] ainda que os fundamentos da profissão estejam colocados, foram colocados lá na graduação na especialização tudo mais, é importante que o profissional esteja se qualificando [...] ter uma visão ampla da realidade [...] (A).

Por isso a importância de discussões acerca da qualidade da formação acadêmica que com a intensa mercantilização incentivada pelo neoliberalismo passa a ter o ensino como mais um “negócio do capital” que visa números ao invés de qualidade comprometendo a formação profissional e dessa forma enfraquecendo o Projeto Ético-Político que direciona o perfil profissional. (IAMAMOTO, 2009).

[...] o Projeto Ético Político hoje ele deixa mais claro para o profissional qual é o seu compromisso, com quem é o nosso compromisso né, e, como que você vai é, ser um profissional sem se dedicar exclusivamente as atividades rotineiras que só cumprem uma, uma determinação porque a maior parte das instituições busca isso, quer resultados não importa se você está pensando a profissão, se você tá refletindo teoricamente, se você está refletindo é, numa, a partir de uma concepção crítica ou de uma concepção conservadora né. Qualquer instituição quer resultados qualquer espaço ocupacional quer resultado, mas o Projeto Ético Político hoje permite que o profissional visualize é...., muito mais do que, o profissional que estava ai a trinta, quarenta mais anos atrás até, né?! (A).

Dessa forma, entende-se que somente com uma formação de qualidade sobre a apropriação correta dos aparatos que sustentam a profissão, e com a busca constante do conhecimento da realidade, é possível concretizar a efetivação e a consolidação do Projeto Ético-Político nos espaços sócio-ocupacionais os quais se inserem os profissionais de serviço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o Projeto Ético-Político do Serviço Social considerando as possibilidades e desafios encontrados para a sua efetivação nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. A construção do Projeto Ético-Político demandou um acúmulo teórico histórico da categoria profissional, a qual a partir do rompimento com o conservadorismo passou a discutir sua função na sociedade e a se posicionar criticamente.

As produções científicas acumuladas a partir da década de 1980 sobre a orientação das ciências sociais e a aproximação com o materialismo histórico-dialético, assim como as lutas travadas pelas instâncias representativas da categoria profissional, atreladas às reflexões da categoria foram condições necessárias para a formulação do Projeto Ético- Político do Serviço Social.

O projeto profissional é entendido como o conjunto teórico-legal que passou a orientar a prática profissional do Serviço Social a partir dos anos 1990, consolidado com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

Os profissionais de Serviço Social atuam sobre a condição de assalariamento, e essa condição não foi alterada, na verdade essa condição passou a ser precarizada com a orientação neoliberal adotada pelo Brasil e que remete a terceirizações, subcontratações e perda dos direitos trabalhistas além das inseguranças no mercado de trabalho.

O ideário neoliberal passa a ser aparente no Brasil a partir da década de 1990 e sua orientação voltada ao fortalecimento do mercado altera toda esfera do trabalho, assim como, modifica as políticas voltadas à área social que passam a ser focalizadas direcionadas as parcelas mais empobrecidas da sociedade tidas como condições de extrema pobreza.

As empresas privadas, assim como as organizações do terceiro setor passam a ser espaços ocupacionais de frequente atuação dos profissionais de Serviço Social, uma vez que as responsabilidades sociais são transferidas a sociedade civil.

Nos espaços sócio-ocupacionais onde fora realizada a pesquisa, foi possível observar diferentes posicionamentos dos profissionais, que atuam sobre a nova expressão da estrutura do capital. Sendo espaços distintos, os elencados para a análise do presente trabalho, observaram-se também respostas peculiares.

O espaço referente ao do terceiro setor demonstrou maior facilidade em buscar a efetivação do projeto ético-político colocando que a instituição presa por valores condizentes com o do projeto da categoria no que se refere à efetivação de direitos e busca pela emancipação dos usuários. O apontamento realizado com relação a dificuldade para efetivação do projeto foi a condição de acúmulo de tarefas.

Os espaços sócio-ocupacionais dos setores públicos demonstraram resistência nas instituições para efetivação das proposições do Projeto Ético-Político. Verificou-se a fragilidade em diferentes instâncias, tanto no que se refere à apropriação do profissional ao que preconiza o Serviço Social, quanto à relativa autonomia que é encontrada no bojo dos espaços sociocupacionais.

Sob o resultado alcançado com o desenvolvimento do presente trabalho, compreendeu-se que a apropriação dos profissionais entrevistados torna-se determinante para que se consolide o Projeto Ético-Político nos espaços sócio-ocupacionais. Contudo, ao identificar esta profissão enquanto parte da divisão social e técnica do trabalho, deve-se entender o assistente social dentro da conjuntura que o cerca. A contemporaneidade está permeada por contradições que incidem tanto sob sua formação quanto em sua atuação profissional. Compreender essas contradições em sua totalidade se torna elemento central para identificar e enfrentar as possibilidades e desafios contidos nos espaços sócio-ocupacionais da categoria profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, p.143-71, abril 1996

ANDRADE, M. A. R. A. de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro-1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca. SP v.17, n. 1, p 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise estrutural do capital. In: _____. **OS SENTIDOS DO TRABALHO:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3 ed. São Paulo, Boitempo, 2000. p. 31.36.

_____. As respostas do capital à sua crise estrutural: A reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3 ed. São Paulo, Boitempo, 2000. p. 37-47.

_____. o toyotismo e as novas formas de acumulação de capital. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3 ed. São Paulo, Boitempo, 2000. p. 49-

COUTINHO, Carlos Nelson. **Pluralismo:** dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.** Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional, Editora Cortez, 1995.

DRUCK, Graça, FILGUEIRAS, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal:** as duas faces do governo Lula. Katál, Florianópolis, vol. 10, n. 1. p. 24-34, 2007

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** 5ªed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

HARVEY, David. O fordismo. **A condição pós-moderna.** In: _____. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1993. p.121-134.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea** In: serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFSS/ABEPSS, 2009 p. 01-46.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social** In: serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFSS/ABEPSS, 2009 p. 01-41.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6° ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.105-208.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. A Sociedade Civil Mundial. In:_____. **A Sociedade Global.** [S.l.: s.n.], 1992. p. 35-52.

KOIKE, Maria Marieta. **“Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais”.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social Identidade e alienação.** 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo, Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília (ORG). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 25 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007

MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. **Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes:** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000300005&script=sci_arttext Acesso em: 12 de maio, 2010

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho: reestruturação do capital e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) **A nova fábrica de consensos:** Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23-43.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise de Serviço Social no Brasil pós 64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo, abril 1996.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Brasília: CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999 p 01-22.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado:** desafios frente às violações de seus direitos. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo, Publifolha, 2010.

SÁ, Janete L. Martins de (org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez 2010

SADER, Emir (Org.), et.al. **Pós – neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado Democrático, 2012. São Paulo, Paz e Terra.

SENNETT, Richard. Flexível. In: _____. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2004. p. 53-73.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009

TEIXEIRA, Joaquina Barata; Braz, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social** In: serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CEFSS/ABEPSS, 2009 p. 01-19.

YASBECK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009, p. 01-21

APÊNDECE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) IDADE:
- 2) CURSO DE FORMAÇÃO:
- 3) INSTITUIÇÃO E ANO DE FORMAÇÃO:
- 4) TEMPO DE ATUAÇÃO NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL:
- 5) QUAL É O MAIOR DESAFIO ENCONTRADO PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLITICO NO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL NO QUAL ESTA INSERIDO?
- 6) QUAL RELAÇÃO VOCÊ FAZ ENTRE PODER INSTITUCIONAL E SABER PROFISSIONAL PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLITICO?
- 7) QUAL O TIPO DE VINCULO EMPREGATÍCIO QUE VOCÊ TEM NA INSTITUIÇÃO? ESTE VÍNCULO É FATO DETERMINANTE PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLITICO?
- 8) COM RELAÇÃO AOS DIFERENTES ATORES PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO MESMO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL, ELES CONTRIBUEM PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLITICO OU HÁ UMA RESISTÊNCIA QUANTO A ISSO?
- 9) QUAIS SÃO AS ESTRATÉGIAS QUE VOCÊ UTILIZA PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLITICO NO SEU NO ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL?

- 10) É POSSIVEL ALCANÇAR RESULTADOS ARTICULADOS E/OU REFERENDADOS PELO PROJETO ÉTICO-POLITICO NOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO NO ESPAÇO SÓCIO-CUPACIONAL?

- 11) PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE POLÍTICA (EX: MOVIMENTO DA CATEGORIA DE A.S.; CONSELHOS; MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTOS PARTIDÁRIOS, MOVIMENTO SINDICAL, ETC?)

- 12) QUAL MEIO VOCÊ UTILIZA PARA BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO INTELECTUAL, O DIÁLOGO CADA VEZ MAIS PRÓXIMO ENTRE FORMAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL?

- 13) COMO VOCÊ AVALIA O PROJETO ÉTICO-POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL E QUAL É SEU POSICIONAMENTO?

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa: **Possibilidades e desafios para efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos Espaços sócio-ocupacionais** realizada pelo discente Débora Bueno de Sousa, do curso Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da Profa. Maria Celeste Melo da Cruz. O objetivo da pesquisa é de analisar as possibilidades e desafios encontrados para a consolidação deste nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

A sua participação é muito importante e ela se dará por meio da realização de uma entrevista em um local de sua escolha. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, assim, o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação e poderá recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. A mídia digital com a gravação de áudio será destruída após seu uso pelo pesquisador.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa, o(a) senhor(a) tem reservado o direito de esclarecimento, que poderá ser realizado pelo discente Débora Bueno de Sousa, pelo telefone (43) 9904-9217 ou pela sua orientadora, a Professora Maria Celeste Melo da Cruz através do telefone (43)98056012.

Nome e assinatura do (a) estudante
Matrícula:

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data